



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Imigrantes em Centro de Instalação Temporário:

Das histórias de irregularidade à experiência da detenção

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

por

Paula Cristina Melo Pereira Sampaio

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, Julho de 2014



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Imigrantes em Centro de Instalação Temporário:

Das histórias de irregularidade à experiência da detenção

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

por

Paula Cristina Melo Pereira Sampaio

Sob orientação da
Professora Doutora Raquel Matos

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, Julho de 2014

Agradecimentos

Aos protagonistas desta investigação, a minha sincera gratidão e acima de tudo admiração.

Aos meus pais que sabem o quanto custa ser imigrante.

Aos meus amigos, em particular Ângela Pinto, enquanto leitora em primeira mão, Sofia Vieira e Angelica Salví, pelo carinho. Agradeço ainda ao Fernando Rodrigues, como “médico” do meu *software* e à Laida pelo auxílio de última hora.

Aos colegas de mestrado deste e de outros anos, nomeadamente a Mónica Soares que me tranquilizou nos últimos dias.

Às minhas orientadoras...

À professora Mariana Barbosa, a minha professora da Psicologia da Paz e dos Direitos Humanos. À professora Raquel Matos, a minha professora de métodos de investigação e orientadora principal nesta investigação.

Às entidades ...

Ao JRS, pela sua missão e filosofia. Agradeço em particular à Mafalda Silva pelo suporte no terreno.

Ao SEF e em especial a Inspetora Helena, por possibilitar esta investigação.

Resumo

Num contexto de globalização, a imigração irregular tem suscitado algumas questões relevantes para as ciências sociais.

As políticas atuais europeias da gestão da imigração irregular têm reforçado a detenção e expulsão como mecanismo de controlo desses fluxos (Grant; 2011; Boswell, 2007). O medo destes cidadãos estrangeiros no seio da sociedade, legitima estes mecanismos de controlo social com impactos a nível físico e psicológico (Devas Project, 2009).

Em Portugal, o prazo limite de detenção em Centro de Instalação Temporário (CIT) em Portugal é de 60 dias (Lei 29/2012, de 4 de Julho). Por este Centro, passaram 162 pessoas em 2013 (JRS, 2013), com uma permanência de aproximadamente 26 dias (26,2) (JRS, 2013). Face a esta constatação, este estudo, de índole qualitativa, tem como objetivo perceber quais foram as razões que levaram 10 participantes, detidos em CIT entre Abril 2013 e Março 2014, a saírem do seu país de origem e identificar quais os motivos que explicaram a sua irregularidade. Em segundo lugar, à luz do percurso migratório de cada participante, este estudo procurou, igualmente, conhecer o que significa para os participantes do estudo estarem em CIT e o que representa o afastamento do país.

A maior parte dos participantes, com entrada regular em Portugal, migrou para melhorar as condições de vida e trabalhar. No entanto, este motivo também revela-se ser, na falta do mesmo, um dos principais fatores, entre outros, da irregularidade para uma parte dos participantes.

Relativamente à detenção, os resultados obtidos sugerem que este mecanismo de controlo é encarado pelos participantes como uma privação de liberdade e interiorizam-no como um ato punitivo da sua situação administrativa. Desta forma, a irregularidade torna-se, segundo os participantes, equiparada a um ato criminoso devido à detenção. Quanto à expulsão, para uma parte dos participantes, representa uma rutura com o seu projeto de vida e resume-se à ausência de perspetivas para o futuro.

Palavras-chave: Imigração Irregular; Detenção e expulsão; Identidade; Controlo social

Abstract

In a context of globalization, the irregular immigration has raised some relevant issues to the social sciences.

The current european policies on irregular immigration management have reinforced detention and expulsion as control mechanisms of those flows (Bosworth, 2012; Grant; 2011; Boswell, 2007; Gutchneire, 2007). The fear of these foreign citizens raised within the society, Wermuth (2011) legitimates these mechanisms of social control which have physical and psychological impact (Devas Project, 2009).

In Portugal, the time limit on detention in a Temporary Internment Centre (TIC) is 60 days (Law 29/2012, 4 July). In 2013, 162 people passed through this centre (JRS, 2013) with a stay of approximately 26 days (26,2) (JRS, 2013). Given this finding, and from the point of view of 10 citizens detained in the TIC between April 2013 and March 2014, this qualitatives' methodology study aimed to understand the reasons of the participants for leaving their country and to identify the reasons that explain the irregularity. Secondly, in the light of the migratory route of each participant, this study also sought to know what means for each participant the fact of being in a CIT, as well as being away from their country.

In what regards the detention, the obtained results suggest that this control mechanism is understood by the participants as a deprivation of freedom and it is internalized as a punishment for the simple fact that they are administratively in an irregular situation. Moreover, as a result of detention irregularity becomes similar to a criminal act.

Concerning expulsion, it represents a rupture in their life project and it comes down to the lack of future prospects.

Keywords: Irregular Immigration; Detention and Expulsion; Identity; Social Control

ÍNDICE GERAL

AgradecimentosI

ResumoII

Índices de conteúdosIV

Índice de Quadros

Quadro 1: Características sociodemográficas dos participantes.....18

Quadro 2: Quadro resumo das categorias.....23

Índice de Anexos

Anexo A- Guião de Entrevista.....59

Anexo B - Sistema de Categorias.....62

Anexo C- Categorização e Excertos.....69

ÍndiceVI

Índice

INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEORICO	3
1. Imigração e adaptação	4
2. Sociedade de acolhimento e controlo social	5
3. Cidadãos estrangeiros em Portugal	8
4. Imigrantes irregulares: razões, percursos e “perfil”	9
5. A imigração e controlo social formal	11
5.1.A detenção e expulsão	11
5.2.Impactos da detenção e expulsão	12
5.3.A lei da imigração em Portugal	13
5.4.A detenção de imigrantes irregulares em Portugal	15
5.5.A detenção em Centro de Instalação Temporária (CIT) em Portugal	15
ESTUDO EMPÍRICO	16
1. Metodologia	16
1.1.Os objetivos do estudo	16
1.2.Amostragem	17
1.3.Participantes	17
1.4.Instrumentos	19
1.5.Procedimento de recolha e análise de dados	19
1.6.Estratégias de validação dos dados	21

RESULTADOS	22
DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA	49

“Je suis né quelque part,

Je suis né quelque part

Laissez moi ce repère

Ou je perds la mémoire”

(Maxime le Forestier)

INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) estima que entre 10 a 15 por cento dos 56 milhões de migrantes na Europa têm estatuto irregular, e que todos os anos chegam à União Europeia (UE) cerca de meio milhão de migrantes não documentados. A esta situação, acrescem preocupações às quais a comunicação social tem vindo a dar rosto ao retratar os acontecimentos dramáticos de Lampedusa, em outubro de 2013¹ ou a revolta de imigrantes no principal centro de detenção da Grécia em 10 de agosto 2013². Por um lado a imigração irregular crescente deve-se à falta de oportunidades de migração regular devido às políticas de restrição utilizadas, por outro lado, nem toda a imigração irregular é sinónimo de um percurso sempre irregular ou iniciado com uma entrada irregular (Düvell, 2011).

Face a este fenómeno social, levantam-se algumas inquietações pela forma como tem vindo a ser tratada a questão dos imigrantes irregulares devido à prioridade dos vários países em preferencialmente optar por uma política de defesa da sua soberania e segurança através de políticas de controlo, sejam elas restritivas ou coercitivas (Guchteneire, 2007) em que a penalização da irregularidade traduz-se na detenção e expulsão do país de cidadãos de nacionalidade estrangeira pelo “simples facto de existirem” (Guchteneire, 2007, p.202). Como referem Pereira, Vala e Costa-Lopes (2010), o imigrante desperta um sentimento de medo ou de ameaça em relação a aspetos tais como o emprego, a cultura, a identidade, a ordem pública e a segurança. Considerados fardos para o sistema de segurança social, os imigrantes são considerados uma ameaça aos recursos públicos (Boswell, 2003 cit. Rincon, Soren & Turner, 2006). Quando se trata de um imigrante em situação irregular, as desconfianças são acrescidas, sendo um alvo ainda mais vulnerável ao preconceito, discriminação e oposição à sua entrada ou estadia (Murray & Marx, 2013).

O medo e a insegurança que a sociedade atual manifesta permite legitimar, no seio da população, as práticas de controlo social pelos estados (Wermuth, 2011) no qual o direito penal tem sido instrumentalizado ao serviço do combate à imigração irregular apesar de se tratar de uma irregularidade administrativa (Wermuth, 2011). Assim, os centros de detenção, espaço de normalização jurídica do *status* de “ilegal”, podem ser considerados uma nova forma de criminalização dos cidadãos em situação irregular (Zuín, 2010). Mas como alerta Bosworth (2011), a encarceração, como forma de controlo social, continua a atingir a camada socioeconómica mais baixa da sociedade, das quais não fogem as minorias étnicas.

¹*El país*-3/10/2013

²*Público*-12/08/2013

Em Portugal, o único centro do país para receber imigrantes em situação irregular aos quais foi decretado ordem judicial de expulsão do território nacional foi criado pelo decreto-lei 44/2006, de 24 de Fevereiro. Neste local, colaboram com o Serviço de Estrangeiros de Fronteiras (SEF), entidade gestora do espaço, a Organização Internacional para as Migrações (O.I.M.), os Médicos do Mundo (Mdm) e o Serviço Jesuíta de apoio ao Refugiados (JRS). Esta ONG presente no terreno presta apoio psicossocial e garante os direitos dos imigrantes, fazendo do caso português, um modelo singular de funcionamento. As conclusões da avaliação feita em 2010, no âmbito do projeto DEVAS efetuado em vários estados membros da EU alertam para os impactos negativos, seja em termos físicos como mentais (DEVAS Project, 2010) desta detenção às quais se acrescentam a estigmatização e os impactos sobre a identidade dos cidadãos detidos (Bosworth, 2012).

Face a esta constatação, cabe à psicologia dar o seu contributo a este fenómeno social pelo impacto psicológico e identitário que uma detenção e expulsão representam para o indivíduo. Partir da perspectiva de quem é alvo de uma colocação em centro de “acolhimento” é permitir dar voz a quem de facto experiencia esta situação e dar-lhes uma oportunidade para contarem a sua história. Assim, conhecer é também tentar reduzir preconceitos, discriminação e representações do migrante presente na linguagem que nem sempre correspondem à realidade existencial do imigrante. Como lembra Opatow (1994) cit. Lima- Nunes, Pereira e Correia (2013), os aspetos relacionados com a exclusão e inclusão podem ser modificados ao conhecer o lado de quem é excluído.

Este estudo de índole qualitativa tem, deste modo, como objetivo perceber as razões da migração destes indivíduos detidos e os motivos pelos quais se encontram em situação irregular no território nacional. À luz do projeto migratório destes indivíduos tentaremos perceber igualmente, o que significa estar em centro de instalação temporário e o que representa uma expulsão para estes migrantes.

ENQUADRAMENTO TEORICO

O controlo social realiza-se através de diferentes esferas sociais, de forma informal ou formal, cada uma pautada por regras e sanções diversas. São estas esferas sociais de controlo que forjam o conceito de desvio a partir da reação ao delinquente (Becker, 1963). A *Labelling Approach* ou Teoria da Reação Social defendida por Becker, encara o desvio como uma construção social, que define os comportamentos tolerados ou considerados ilícitos de acordo com um dado momento histórico e cultural (Cusson, 2002). Para Becker (1963) são os vários grupos na sociedade que produzem o desvio ao criar regras que, uma vez transgredidas por um indivíduo, constroem o “indivíduo desviante”. O desvio passa a ser, por um lado a consequência da não aplicação da regra e por outro, a rotulagem da conduta por parte da sociedade como desviante. A criação destes rótulos a partir dos estereótipos criminosos permitem, como refere Miskolci (2005), a prática não oficial de exclusão de pessoas.

O controlo social informal dá-se no âmbito das mais variadas relações sociais na comunidade, como a família ou a escola. Este controlo impõe-se por força da prática e possui os seus mecanismos de sanção no seio da comunidade (Becker, 1963). No caso da imigração, os discursos sociais e os processos de rotulagem desempenham um papel importante nesses mecanismos sancionatórios (Guia, 2012). Em contrapartida, o controlo social formal assenta no poder baseado na lei. Neste controlo, o direito passa a ser o instrumento utilizado para controlar comportamentos vistos como ameaçadores em que a desviação torna-se “a consequência de uma atividade normativa: a criação e a aplicação da lei” (Cusson, 2002, p.97).

Antes de focarmos no controlo social da imigração, pareceu-nos pertinente, num primeiro momento referir algumas questões relacionadas com a adaptação dos imigrantes na sociedade acolhedora. Por um lado, o país de acolhimento tem um papel importante não só na legitimação das políticas de controlo em matéria de imigração mas também na integração e acolhimento desses indivíduos (Guchteneire, 2007). Por outro, o sucesso da aceitação dentro da nova comunidade depende de fatores como a personalidade, a resiliência, a cultura identitária e o suporte social do migrante (Bhugra, 2004) ou ainda variáveis como idade, género, linguagem e profissão (Ríos, 2008) Além destes fatores é necessário atender às causas da migração e aos processos mais genéricos que constituem os processos de adaptação tais como a assimilação, a aculturação ou assimilação (Ríos, 2008),

1. Migração e adaptação

Sair do país de origem pressupõe fases constitutivas de um processo migratório dividido em três grandes fases: a pré-migração, a migração propriamente dita e a pós migração. A integração destas três fases é importante no processo adaptativo.

As causas da migração, quer se trate de migração forçada ou migração voluntária, fazem parte da primeira fase do processo migratório. Estas causas influenciam os fatores de resiliência, as condições materiais e afetivas do indivíduo face à adversidade (Ríos, 2008; Bhugra, 2004).

Na fase de migração e já recém-chegado, o indivíduo inicia um processo de aculturação ou assimilação. Na falta de ajustamento nesta fase, o migrante pode entrar num processo de alienação considerado processo de aculturação patológica (Bhugra, 2004).

Na última fase do processo migratório, as discrepâncias entre as aspirações dos imigrantes e a população residente podem levar a conflitos entre culturas e comprometer a adaptação do imigrante (Ríos, 2008).

As mudanças que se operam no indivíduo que migra são várias. Migrar implica alterações não só no contexto físico da pessoa mas também nas relações familiares, nas amizades ou no *status* social (Lechner, 2007). A descontextualização espacial, social e cultural tem repercussões do quadro interno do indivíduo (Marandola & Dal Gallo, 2010). Desenquadrado social e culturalmente, o migrante pode tornar-se vulnerável e experienciar sentimentos de angústia e ansiedade devido aos sentimentos de ambivalência entre criar raízes no lugar de destino ou manter vínculos no lugar de partida (Marandola & Dal Gallo, 2010; Lechner, 2007).

Esta ambivalência é referida por Achotegui (2000) como duelo migratório nos seus estudos, é pautada por uma indefinição entre a escolha do que o indivíduo deixa para trás e o propósito da migração (Achotegui, 2000). Este autor refere que o migrante experiencia pensamento dissonantes, isto é duelos, relativamente à sua escolha face à família, aos amigos, à língua ou à cultura que o pode levar à ansiedade. Os vínculos afetivos com o país de origem e estruturantes da sua personalidade passam por uma reelaboração durante a experiência da ambivalência (Achotegui, 2005) que permite ao migrante adaptar-se ao país de acolhimento onde deverá construir novos vínculos que, em parte, substituirão os vínculos criados no país de origem (Achotegui, 2005).

A elaboração do duelo constitui uma parte do contacto adaptativo da realidade pelo indivíduo de modo a manter um equilíbrio psicológico durante o processo migratório (Achotegui, 2005). É um tempo de desarticulação identitária para o indivíduo que, naturalmente, corresponde ao um desajuste temporal entre a memória do “velho” e a construção do “novo” ainda em processo de assimilação no migrante (Grinberg & Grinberg, 1990). No entanto, os problemas psicológicos podem surgir devido às dificuldades de elaboração desses duelos e acentuarem-se devido a fatores internos ou externos ao indivíduo.

No que se refere aos fatores inerentes à própria personalidade do indivíduo, Achotegui

(2005) adverte que os recursos psicológicos nem sempre permitem uma boa adaptação. Neste caso, o migrante pode entrar num desgaste emocional em que as respostas traduzem-se em sintomas depressivos, ansiedade, somatização, estado dissociativo ou confusão.

Por outro lado quando as migrações se operam em condições difíceis devido à políticas de exclusão, à exploração laboral, as carências sanitárias e habitacionais no país de destino, a adaptação do migrante pode ficar comprometida (Achotegui, 2005). Nestes contextos, o indivíduo apresenta com frequência quadros psicossomáticos ansioso ou depressivo associados ao *stress* de aculturação (Achotegui, 2005; Achotegui, 2000).

Como referido, as exigências associadas ao processo migratório podem constituir um *stressor* significativo (Ríos, 2008). O sucesso da aceitação no seio do país de acolhimento depende de fatores sócio-estruturais em que a aceitação da comunidade é fundamental (Bhugra, 2004). No caso específico de imigrantes em situação irregular, se é verdade que o laço desenvolvido no seio da comunidade fortalece estes imigrantes, também é verdade que estes indivíduos perdem a sua conexão social ao país de acolhimento devido ao medo da expulsão por se encontrarem irregulares (Valdez, Lewis & Padilla, 2013). Como lembra Berry (1997), as particularidades da sociedade de acolhimento e a forma como integram os que vem “de fora” influência essa integração.

2.Sociedade de acolhimento e controlo social

Os constrangimentos institucionais dos países membros da União Europeia, cada qual com interesses nacionais próprios, reflete as várias divergências relativamente às questões da imigração, pois cada sociedade e país têm a sua experiência e visão da migração como lembra Boswell, (2003) cit. Rincon, Sorensen e Turner, (2006). As razões que dão ênfase às restrições e não às causas dos movimentos migratórios justificam-se pelo clima político vivido na Europa em que os media e o público focam exclusivamente os impactos negativos da migração Boswell, (2003) cit. Rincon, Sorensen e Turner, (2006). A esta configuração do imigrante, construída socialmente, como um elemento nocivo (Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013) são associados elementos como o racismo ou a xenofobia (Maneri & Wal, 2005 cit. Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado, 2013). Assim, a discriminação imposta aos imigrantes não é apenas de índole institucional, mas também cultural através da discriminação no discurso público (Garcia, 2012).

Esta discriminação perpetua-se pela utilização de eufemismos e estereótipos na linguagem de modo a definir o imigrante como um inimigo, ameaçador e com propensão ao crime (Garcia, 2012) ou equiparando ofensores não nacionais aos imigrantes irregulares (Guia, 2012). Como lembra Matos, Barbosa, Salgueiro & Machado (2013), as preocupações com o

crime associadas aos discursos mediáticos que sobrevalorizam os crimes cometidos por estrangeiros são a condição propícia para a estigmatização e associação do imigrante à uma imagem de “mau-elemento” (p.37).

As conclusões de um estudo de Pereira, Vala e Leyens (2009), relaciona a “infra - humanização” do imigrante, o medo de uma ameaça simbólica e a discriminação do imigrante. O grau de humanização de um grupo face a um grupo pelo qual não se simpatiza, tem como consequência a discriminação do grupo infra – humanizado.

Esta ideia de processo de desumanização do outro, enquanto mecanismo facilitador do comportamento agressivo para com grupos “externos” é corroborada pelo estudo de Aguiar, Correia, Pereira e Vala (2008). Os resultados encontrados por estes autores mostram que, em certas circunstâncias, as vítimas são desumanizadas pelos seus ofensores através de um processo de insensibilidade ou indiferença ao sofrimento e necessidades das vítimas. No entanto, como alertam Pereira, Vala e Leyens (2009), o contexto em que decorre este mecanismo tem um papel fundamental.

Quando o contexto valoriza princípios como a justiça ou igualdade, os participantes do estudo sofrem um dilema. Para neutralizar esse dilema, os participantes recorreram a mecanismos de construção do “outro” como ameaçador para justificar comportamentos discriminatórios (Pereira, Vala & Leyens, 2009). Assim, a neutralização dos juízos morais é facilitada devido à utilização de mecanismos de *othering* encontrados em Young (2007). O imigrante visto como o “outro” ou fazendo parte do *alien group* (Young, 2007, p.140), em oposição à cultura normativa da população residente configura, em termos culturais, uma série de bipolarizações tais como nós-eles; maioria-minoria; puro-impuro, normal-desviante, em que a imigração torna-se sinónimo de crime, de drogas, de prostituição e de violência (Young, 2007). A percepção de ameaça face ao “outro” seria uma variável mediadora entre preconceito e discriminação e serviria para legitimar ações discriminatórias em matéria de imigração (Pereira, Vala e Costa-Lopes, 2010). Assim, uma estratégia argumentativa baseada na representação dos imigrantes como uma ameaça quer em termos económicos, quer em termos identitários ou ainda securitário, permitiria discriminar pelo facto de ser considerada justificada e desprovida de preconceito (Pereira & Vala, 2010).

No entanto, quando a lei é permissiva face a violência, o dilema desaparece por não ser necessário uma justificação para discriminar (Pereira, Vala & Leyens, 2009). Segundo estes autores, as suas conclusões coincidem com os estudos de Crandall e Eshleman (2003), Dovidio e Gaertner (2004) e Sidanius e Pratto (1999), referidos nos seus trabalhos, nos quais uma pessoa ou um grupo de pessoas, ao infra-humanizar outro grupo, evita sentimentos de culpa e justifica comportamentos violentos pelo simples facto do outro ser visto como ameaçador.

Os processos de descomprometimento moral referidos por Bandura explicariam uma justificação moral encontrada nos discursos para a reiteração de comportamentos desumanos e legitimadores da violência (Barbosa, Machado, Matos & Barbeiro, 2012). Segundo Bandura (1999), o indivíduo não terá comportamentos naturalmente prejudiciais a menos que tenha uma justificação moral para as suas ações. A justificação sendo aceite tanto a nível individual como social, transforma um comportamento prejudicial num comportamento ao serviço de uma causa ou da sociedade. Os mecanismos de justificação apontados por Bandura (1999) são vários. Um primeiro mecanismo é a utilização de uma linguagem suavizada ou “sanitarizada” (p.195), transformando atos perversos em atos inocentes. Um segundo mecanismo consiste em estabelecer comparações que sejam vantajosas ao realizar os comportamentos danosos. Um terceiro mecanismo refere-se à deslocação da responsabilidade e à minimização dos danos provocados. Acrescem ainda outros mecanismos tais como a divisão da responsabilidade por vários agentes, a distorção das consequências do comportamento e por fim, a presença de mecanismos de desumanização do outro.

Murray e Marx, (2013) levaram a cabo uma investigação nos Estados Unidos da América (EUA), em torno das atitudes dos nativos face aos imigrantes regulares, aos refugiados e aos imigrantes irregulares. As conclusões do estudo apontam para maiores níveis de ansiedade, perceção de ameaça realística e simbólica quando se trata de imigrantes irregulares. Face aos refugiados os participantes mostraram uma atitude globalmente positiva. Comparando os três grupos, os resultados sugerem que nos EUA, a ameaça sentida restringe-se maioritariamente ao grupo de imigrantes irregulares, alvo de maior preconceito, devido a sua “irregularidade” (Murray & Marx, 2013). Griswold (2009) refere que a oposição à entrada ou legalização da imigração é defendida pela população com o argumento de que ao facilitar a entrada de imigrantes resultaria um aumento de políticas de baixos salários e um agravar das condições de vida das classes mais baixas da sociedade.

Em Portugal, o estudo de Lages *et al* (2006), evidencia a ambivalência existente na sociedade portuguesa quanto aos direitos dos imigrantes e sua repatriação. Neste estudo, a maioria dos portugueses reconhecem aos imigrantes o direito à reunificação familiar, o direito de voto, ou naturalização, mas concordam com a expulsão de um imigrante caso este tenha cometido um crime (79,5 %) ou não tenha trabalho (61,3%). A respeito dos imigrantes em situação irregulares, 76% dos portugueses inquiridos do estudo de Lages *et al* (2006), concordam com a atribuição da legalização mas curiosamente 75% dos participantes portugueses aceitam o repatriamento de imigrantes desempregados. Como sugerem os resultados encontrados por Pereira, Vala e Costa-Lopes (2010) a ameaça “material” está fortemente presente na oposição a imigração, contrariamente à ameaça simbólica, esta mais

presente na oposição à naturalização porque acarreta impactos nos processos identitários (ibidem).

3.Cidadãos estrangeiros em Portugal

Em Portugal, a população estrangeira ascende a 401.320 cidadãos estrangeiros e sofreu um decréscimo devido à diminuição dos fluxos migratórios, à aquisição da nacionalidade e ao impacto da crise económica (SEF, 2013).A população brasileira continua a ser a maior comunidade com 92.120 indivíduos assim como os cidadãos oriundos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) (SEF, 2013).

No estudo de Lages *et al* (2006), os imigrantes consideram que a discriminação por parte da população portuguesa é essencialmente dirigida aos africanos (Lages *et al*, 2006) mas 60 % dos participantes deste estudo avaliaram positivamente as atitudes dos portugueses face aos imigrantes e desvalorizaram a discriminação quando dirigida ao grupo étnico.

Apesar disso, num inquérito levado a cabo em 2002, 37% dos imigrantes declararam ter passado por pelo menos uma situação de discriminação face aos portugueses por serem africanos ou brasileiros ou imigrantes de Leste (Lages *et al*, 2006). Esta comunidade de Leste é o grupo que mais salientou o tratamento discriminatório pelos portugueses e de que são alvo, tanto no local de trabalho, como no local de residência pela vizinhança ou pela Polícia e Tribunais. A discriminação no espaço público (e.g., a rua, no supermercado) foi mais amplamente referida pelos inquiridos africanos (Lages *et al*, 2006).

Partindo mais uma vez da perspectiva do alvo da discriminação, outro estudo levado a cabo por Mendes (2010), investigou as perceções e opiniões de imigrantes de Leste face à sociedade portuguesa. Os resultados do estudo sugerem que esta comunidade reconhece ser apreciada pela qualidade e rapidez de execução do seu trabalho mas que no que se refere às suas qualidades académicas, estas são, segundo os participantes do estudo, maioritariamente reconhecidas por pessoas que já tiveram uma experiência migratória (ibidem). Em termos de integração, a língua é referida como a principal dificuldade ou entrave a um maior relacionamento com os portugueses (Mendes, 2010). Por fim, imigrantes de Leste reconhecem a importância da representação destes imigrantes nos média, nomeadamente, a assimilação desta comunidade à criminalidade organizada, à indigência e ao alcoolismo. Outra conclusão deste estudo refere-se ao reconhecimento, por estes imigrantes, de qualidades tais como tolerância, solidariedade informal e institucional no seio na sociedade portuguesa (ibidem).

Como sugerido no início deste estudo, a sociedade acolhedora é muito importante para o processo de integração dos imigrantes, no entanto, quando se fala de imigrantes em situação irregular, a sociedade pode, por vezes, mostra-se mais reticente devido à sua “irregularidade”. É

por isso necessário, numa primeira abordagem, dar a conhecer as razões da irregularidade para um conhecimento mais amplo desta problemática.

4. Imigrantes irregulares: razões, percursos e “perfil”

As razões que motivam os migrantes a abandonar os seus países são diversos. Podem ser devido ao fraco crescimento económico, a repartição desigual dos rendimentos, o excesso de população ligado ao forte crescimento demográfico, o desemprego, as guerras e limpezas étnicas, perseguições e varias violações do Direitos do Homem, catástrofes naturais e degradação do meio ambiente (Patarra, 2006; Santos, 2013).

A teoria neoclássica das migrações traz uma explicação para o fenómeno da migração. Para esta corrente de pensamento, a existência de um fluxo migratório resulta de fatores de *push* and *pull*. Para esta teoria, a pobreza leva as pessoas a migrar (o fator *push*) e por outro lado a oportunidade existente, nos países de destino, tais como aceder à saúde e à educação funciona como um fator *pull* (Gent, 2002 cit. Rincon, Sorensen & Turner, 2006; Düvell, 2011; Santos, 2013). O paradoxo na imigração irregular reside nas opções políticas e económicas que fomentam a própria irregularidade consoante as leis da procura e da oferta de mão-de-obra (Düvell, 2011). Caso paradigmático desta situação, é o caso da Turquia, da Itália ou da Grécia, países onde existe uma forte atividade informal, e por isso, terras de oportunidades para a imigração irregular (Triandafyllidou & Ambrosini, 2011). Este aspeto do trabalho informal reatualimenta a irregularidade como alerta estes autores. Acresce ainda, que nenhum cidadão estrangeiro em situação irregular pode ser economicamente ativo no mercado de trabalho formal (Baganha, 2005). Apesar da atividade informal em si não acarretar uma expulsão, no caso do imigrante irregular a sanção é efetivamente a expulsão caso venha a ser descoberto a trabalhar ilegalmente (Baganha, 2005).

Quanto ao perfil do imigrante irregular em Portugal, os estudos de Baganha (2005) concluíram que se o indivíduo for homem e estiver ativo, a sua atividade desenvolve-se na maioria das vezes no sector da construção civil e obras públicas. As mulheres estão na sua maioria ligadas aos serviços, tais como o serviço doméstico ou o serviço de limpezas. Quanto às formas de chegada, à semelhança do que acontece noutros países, onde a porta de entrada do imigrante irregular é a forma legal (Düvell, 2011), em Portugal sucede o mesmo (Baganha, 2005). Neste país, a imigração irregular, principalmente oriunda dos PALOP's, era um fenómeno conhecido desde os anos 80 (Baganha *et al*, 2004 cit. Baganha, 2005). Com os anos 90 e para satisfazer a necessidade de mão-de-obra no sector da construção civil, recorreu-se em Portugal à uma mão-de-obra de Leste, na sua maioria da Ucrânia (Baganha *et al*, 2004 cit. Baganha, 2005).

Contudo, apesar deste perfil mais “clássico” do imigrante irregular em Portugal, cada vez mais crescem outros perfis relacionados com o tráfico de pessoas para fins laboral e sexual. A realidade do tráfico de pessoas começou a ser detetada no final da década de 90 em Portugal devido ao aumento do fluxo migratório em território português (Projeto POAT, 2009). O estatuto de irregular agrava esta vulnerabilidade uma vez que o migrante fica com receio, devido a sua irregularidade, em contactar as autoridades. Entre 2007 e 2010 as mulheres constituem as principais vítimas de tráfico, pelo menos detetado, com o tráfico de criança em franco crescimento. São pessoas maioritariamente provenientes de África e Médio Oriente, trazidas para fins de exploração sexual na sua maioria (UNODC, 2012).

Além das razões que levam um indivíduo a sair do seu país, há também motivos para que os imigrantes, uma vez instalados no país de acolhimento, fiquem apesar das políticas cada vez mais restritivas à imigração (Valdez, Lewis & Padilla, 2013). As conclusões de um estudo levado a cabo por estes investigadores, mostraram que os imigrantes mexicanos optavam por permanecerem nos EUA devido a três fatores principais: às suas características pessoais, aos fatores familiares e comunitários e ao clima social e político no país de origem destes migrantes (Valdez, Lewis & Padilla, 2013). Em termos pessoais, este estudo refere a perseverança e resiliência, como características mais reconhecidas nestes imigrantes. No que respeita aos fatores familiares e comunitários, o facto de terem filhos nascidos em solo americano, e terem a sua família estabelecida nos EUA, reforça o sonho destes migrantes em proporcionar uma boa educação aos seus filhos e melhores condições de vida à sua família (Valdez, Lewis & Padilla, 2013). Em termos sociais, o retorno ao México não parece fazer parte das perspetivas destes imigrantes mexicanos devido ao clima de insegurança e violência vivido no seu país.

O lugar de escolha do migrante, é além de geográfico um lugar simbólico (Marandola & Dal Gallo, 2010) para a escolha de uma vida melhor. A psicologia refere a importância do *place attachment*, isto é, o envolvimento com o lugar que comporta dois aspetos; por um lado a identificação da pessoa com o lugar o lugar de partida, por outro o lugar de escolha para ir ou permanecer onde se tecem os novos laços afetivos (Marandola & Dal Gallo, 2010).

As razões e os percursos para a imigração formam uma teia a partir da qual podemos apontar várias razões para a permanência irregular num dado território. A detenção e a expulsão como mecanismos de controlo social da imigração traz consequências na saúde, na identidade e no projeto de vida do imigrante detido e a aguardar afastamento do território como veremos de seguida. Atender aos motivos da migração e irregularidade administrativa e integrar esse conhecimento com o impacto da detenção e expulsão na vida do indivíduo nos permite perceber o significado de tais medidas de controlo migratório para o indivíduo.

5.Imigração e controlo social formal

5.1.A detenção e expulsão

A detenção administrativa de imigrantes irregulares implica a privação de liberdade de pessoas que, aos olhos da lei, não têm autorização de permanecer num determinado país (Grant, 2011). Não se trata de deter prisioneiros aos quais se aplicou sentenças penais, no entanto como referem Bosworth e Kauffmann, (2011), assiste-se hoje a uma importação de mecanismos próprios da justiça penal na política de gestão da imigração (Grant, 2011; Bosworth, 2007). Esta forma de atuar, estendeu-se aos discursos sobre a imigração que fomenta uma associação da criminalidade à cidadãos estrangeiros pelo simples facto de estarem em situação irregular (Bosworth e Kauffmann, 2011).

A detenção é habitualmente utilizada em imigrantes que entram irregularmente ou que deixem caducar a sua autorização de residência. No entanto pouco se fala na deportação de ex-prisioneiros estrangeiros (Bosworth, 2011). Como alerta este autor, parece que a ausência de cidadania do país de acolhimento permite a aplicação de punições mais severas a estes indivíduos, não obstante já terem cumprido a sua pena (ibidem). A Detenção tem sido igualmente usada como alerta Grant (2011) para o controlo de requerentes de asilo, de crianças ou vítimas de tráfico, ou apátridas apesar de serem reconhecidos como grupos vulneráveis com direito a especial proteção.

As estimativas do número de pessoas detidas em centros para imigrantes em situação irregulares na UE ascendem, entre 2005 e 2007, a cerca de 1,4 milhões de pessoas, estimativa esta que parece ter aumentado drasticamente na última década. Relativamente às expulsões, as estimativas apontam para, no mesmo período, 760.000 indivíduos expulsos (Grant, 2011). Com estes números, parece que assistimos, hoje, a emergência de uma encarceração de massa (Lynch, 2011) e substituição de um estado baseado num estado social por um estado penal (Lynch, 2011), em que a criminalização da marginalidade através da detenção de categorias sociais mais desprotegidas serve para resolver problemas sociais no seio das classes mais baixas da sociedade e das quais os imigrantes não escapam (Wacquant, 2009). Assim, a detenção de imigrantes em situação irregular representa uma gestão desta população “dispensável” e uma alternativa aos problemas de desemprego (Grant, 2011). Bosworth (2011) alerta que em termos práticos, o controlo incidiu principalmente em migrantes económicos. Em alguns casos, para os imigrantes aos quais não é possível efetivar a expulsão, a situação parece não se resolver com a detenção, servindo exclusivamente para acentuar a sua “não-cidadania” (Bosworth, 2012).

5.2. Impactos da detenção e expulsão

Os principais sintomas ligados ao período de detenção encontrados nos vários centros de detenção de imigrantes em situação irregular na Europa, foram *stress*, ansiedade, sintomas depressivos, preocupação quanto ao futuro e rompimento com o projeto de vida em caso de afastamento do território (DEVAS Project, 2010), estigmatização (Robjant, Hassari&Katona, 2009) ou ainda, inadequação dos serviços de saúde em detenção, exacerbação de traumas anteriores (Phillips & Spinks, 2013) e, no caso das crianças, angústia de separação e socialização negativa associada à detenção (APS, 2012).

Além destas consequências no imigrante irregular, a detenção e expulsão acarreta um impacto psicossocial que não se limita ao próprio mas a todo o núcleo familiar como refere o *Inter-American Human Right Court* (IAHRC, 2013). Num estudo levado a cabo por esta organização, alertou-se para os efeitos prejudiciais tanto a nível emocional e como económico, nos adultos, nas crianças, nas famílias e nas comunidades, simultaneamente no país de acolhimento e no país de origem. Como refere este estudo, os imigrantes irregulares lutam pela unidade familiar e são o sustento da família não só no país de emigração como no país de imigração. Além do mais, o desmembramento familiar devido à expulsão, acarreta danos psicológicos principalmente nas crianças devido à separação familiar (IAHRC, 2013).

Outro aspeto considerável diz respeito às questões de identidade ligadas aos espaços de confinamento. Como refere Goffmann (1961), “a mortificação do eu tende a incluir aguda tensão psicológica ou alívio psicológico para alguém desiludido do mundo ou com sentimento de culpa” (p.49). Quando “percebida fora do território do eu”, esta tensão traduz-se “em falta de sono e indecisão”. (Goffmann, 1961, p.49).

A este propósito, uma investigação etnográfica efetuada junto de cidadãos em situação irregular, incluindo requerentes de asilo, entre 2004 e 2006 em centros de detenção suecos e em campos em Teerão entre junho de 2005 e Agosto de 2007 alerta para os impactos negativos das políticas cada vez mais restritivas na Europa, em particular na Suécia. A partir de uma condição de “deportado” até à estadia em centros de detenção, os requerentes de asilo participantes deste estudo, sentiam-se cada vez mais criminalizados pelo próprio facto de estarem em centro de detenção. Em caso de afastamento do território pelas autoridades suecas, a expulsão era encarada pela população sueca como mecanismos de preservação da segurança nacional (Khosravi, 2009). Os efeitos destas representações desencadeou nos participantes do estudo sentimentos de culpabilização e auto responsabilização pela própria detenção e expulsão (Khosravi, 2009).

Na Grã-Bretanha, um estudo etnográfico desenvolvido entre 2009 e 2011 em cinco centros de detenção de cidadãos em situação irregular (*Removal Centre*) por Bosworth (2012),

permitiu perceber, a partir dos discursos de imigrantes detidos nestes centros, a associação entre detenção, castigo e irregularidade decorrente da própria narrativa. A ausência de cidadania pareceu ser o foco principal do desconforto psicológico, entenda-se desconforto identitário, dos detidos, não só do ponto de vista legal mas também afetivo. Como refere Bosworth (2012), verificou-se que o período de detenção, contrariamente ao que usualmente se pretende do sistema penal- a reabilitação- em nada muda o *status* destes imigrantes, apenas o confirma ou reforça, nem prepara o retorno da pessoa ao país de origem.

5.3.A lei da imigração em Portugal

A Diretiva 2008/115/CE ou “Diretiva de Retorno” estabelece a necessidade de uma abordagem comum das políticas de imigração entre os Estados Membros da União Europeia. Esta diretiva emerge da necessidade de regras uniformizadas para o repatriamento e tratamento de imigrantes de países terceiros em situação irregular (Leite, 2010). Um dos aspetos centrais desta diretiva é a introdução de uma legislação comum relativamente ao período de detenção, uma regulamentação mais restritiva quanto ao prazo de regresso voluntário e uma interdição de reentradas mais apertada. O prazo máximo de detenção pode ir até seis meses com possibilidade de prorrogação por um período de mais 12 meses, consoante o caso específico (ibidem).

No quadro destas políticas europeias, o enquadramento legal do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional da imigração em Portugal está regulado pela Lei da Imigração 23/2007, de 04 de Julho, com alterações introduzidas pela Lei 29/ 2012, de 09 de Agosto.

Conforme esta legislação da Lei da Imigração em Portugal, é considerado irregular todo o cidadão que entra e permaneça em situação ilegal no território (art.146, n.º1). Na sequência desta irregularidade, é promovido processo de afastamento do território conforme estipulado no n.º 2 do artigo 146, a não ser que o indivíduo apresente pedido de asilo dentro de 48 horas após a sua entrada irregular (art. 146, n.º 6) e neste caso aguarda em liberdade.

Não é organizado processo de afastamento coercivo ao indivíduo que seja detentor de um título de residência válido de outro estado membro e lhe confira direito de permanência nesse estado membro conforme a al. d) do n.º 5 do artigo 146, ou se o indivíduo for readmitido ou aceite a pedido de outro estado membro com quem Portugal tenha assinado acordo ou convenções internacionais”, como estipulado na al. c) do n.º 5 do artigo 146. O artigo 163, refere-se aos casos de readmissões quando o afastamento e devolução de cidadão nacional de país terceiro onde permaneceu anteriormente antes de ser encontrado em situação irregular em Portugal. A readmissão diz-se ativa quando Portugal é o Estado requerente e

passiva quando Portugal é o Estado requerido (art. 163).

Contrariamente ao afastamento do território, a expulsão é uma pena acessória aplicada a cidadão estrangeiro não residente no país e condenado por crime doloso em pena não superior a seis meses de prisão efetiva (n.º1 do art. 151) ou a cidadão residente no país por crime doloso em pena superior a um ano de prisão. Neste último caso, na aplicação da pena atende-se aos factos, ao grau de inserção na vida social e ao tempo de residência em Portugal, entre outros (n.º2 do art. 151).

Complementar ao afastamento do território português, é aplicada uma decisão de interdição de entrada (artigo n.º149) de um ano quando o regresso é voluntário (art.147), caso contrário, esta interdição pode ir até cinco anos (art.144).

O afastamento tem limites (art.135). Os indivíduos nascidos e com residência habitual em território nacional, com filhos menores a cargo, de nacionalidade portuguesa ou não, e que assegurem o sustento, a educação e exerça responsabilidade parental, podem não serem afastados do território. Mais ainda, se o cidadão estrangeiro em situação irregular esteja em Portugal desde idade inferior a 10 anos, ou que seja residente de longa duração e não apresente ameaça real e “suficientemente grave para a ordem pública” (art.136), tendo em conta a idade, os laços ou ausência destes com o país de origem, a duração no território e as consequências de um afastamento para a pessoa, são motivos para limitar a decisão de afastamento do território nacional.

No caso de requerentes de asilo, a Lei 27/2008 de 30 de Junho estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerentes de asilo e de refugiado em transposição da diretiva 2004/82/CE, do conselho, de 29 de Abril e 2005/85/CE do conselho, de 1 de Dezembro (SEF, s/d), com as alterações introduzidas pela Lei 26/2014, de 5 de Maio.

Conforme esta legislação, é considerado refugiado, todo o indivíduo que por receio fundado de ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, integração em determinado grupo social ou convicções políticas se encontra fora do Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual e não possa ou não queira aí regressar ou recorrer à sua proteção (ACNUR, s/d).

Em Portugal o refugiado goza dos direitos dos estrangeiros residentes no nosso país, nomeadamente patrocínio judiciário, emprego, educação, segurança social e reunificação familiar. No caso de ser aceite o processo, o caso segue para o conselho português para os refugiados. Mas o não pedido de estatuto de refugiado dentro dos prazos estipulados de 48 horas e a recusa de apreciação do pedido, pode implicar uma detenção (SEF, s/d).

5.4.A detenção de imigrantes irregulares em Portugal

Em 2013 e em situação irregular foram identificadas 1.698 cidadãos estrangeiros e detidos por essa razão 112 indivíduos, o que representa um decréscimo de 41,3% face ao ano anterior (SEF, 2013). Neste mesmo ano de 2013, em matéria de asilo, deram entrada 507 pedidos, formulados na sua maioria em posto fronteira (394) dos quais foram aceites 15 pedidos e concedidas 113 autorizações de residências por razões humanitárias (SEF, 2013).

Os processos de afastamento coercivo instaurados ascenderam a 463 em 2013 (SEF, 2013), o que representa uma diminuição face ao ano de 2012, ano este em que se registou 625 afastamentos (SEF, 2012). Em 2013, contabilizou-se ainda, 308 readmissões passivas - 194 solicitadas por Espanha e 113 pedidas por França - e 44 readmissão ativas - 39 das quais requeridas a Espanha- segundo dados fornecidos pelo SEF em 2013.

5.5.A detenção em Centro de Instalação Temporária (CIT) em Portugal

Em Portugal, a Lei da Imigração segue a diretiva europeia de 2008 em matéria de expulsão e detenção. Assegura pelo seu artigo 146 que “A colocação (...) não pode prolongar - se por mais tempo do que o necessário para permitir a execução da decisão de afastamento coercivo, sem que possa exceder 60 dias” (Lei 23/2007 de 04 de Julho) ou em alguns casos, 30 dias conforme a al. a) do n.º 3 do art. 160.

Pelo único Centro de Instalação Temporário do país (CIT) passaram no ano de 2013, 162 pessoas (JRS, 2013), o número mais baixo registado desde a abertura do centro. A maior parte dos detidos foram de nacionalidade brasileira (25), seguida da guineense (18) e ucraniana (17) com uma permanência média de 26,2 dias (JRS, 2013). É de referir que estiveram instaladas 3 crianças, 1 mulher grávida e alguns imigrantes com problemas de saúde física e mental (JRS, 2013). Em termos socioeconómicos, o Serviço Jesuíta ao Refugiados (2013), detetou 69 casos de desemprego, fator importante que contribuiu para a situação irregular uma vez que impossibilita a revalidação do documento de permanência (JRS, 2009). Esta situação irregular provoca um desamparo económico na pessoa ao qual se agregam situações de indigência e impossibilita de um retorno digno da pessoa (JRS, 2013). À irregularidade, situação que já em si causa vulnerabilidade (JRS, 2009), se alia a tristeza, a humilhação, a culpa, o desespero e a falta de controlo sobre o futuro (ANDES, 2009) num ciclo vicioso de destituição (JRS, 2009).

ESTUDO EMPÍRICO

1. Método

1.1. Os objetivos do estudo

Nos discursos discriminatórios, a privação de liberdade e expulsão de cidadãos estrangeiros, é vista como necessária e inevitável. Este controlo social dos imigrantes em situação irregular, é uma experiência, que do ponto de vista de quem a vive nem sempre é percebida e de quem a observa, conhecida. Uma análise da trajetória de vida até à detenção, narrada na primeira pessoa, permite perceber quais os motivos que levam a migrar e por que motivo o imigrante está em situação irregular. Esta narrativa permite igualmente ter acesso ao significado atribuído pelo imigrante em situação irregular à privação de liberdade e expulsão enquanto medida de controlo utilizadas nas políticas da imigração.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as representações e significados que os imigrantes irregulares detidos em centro de acolhimento atribuem a este processo de controlo da imigração, como integram a experiência da detenção e a perspetiva de expulsão no seu projeto migratório. Os objetivos específicos são: perceber quais as razões que levaram os participantes a saírem dos seus países, quais as razões da sua situação irregular e quais são os significados que atribuem à migração, à detenção e à expulsão.

Para um conhecimento apropriado do fenómeno, a opção qualitativa oferece a possibilidade de aceder às experiências e perspetivas do ponto de vista dos participantes (Ritchie, 2003). Assim, um plano de investigação indutiva afigura-se a opção mais pertinente para aceder às histórias de vida e trajetórias migratórias, pois o que se pretende é chegar às características desses discursos (Lima & Pacheco, 2006) do ponto de vista do imigrante em situação irregular. Este desenho de investigação permite ao investigador a possibilidade de obter um conjunto de respostas às questões suscitadas com base nos dados obtidos, sendo que um estudo qualitativo é o mais ajustado para perceber o que motiva o indivíduo a imigrar, identificar quais são os fatores subjacentes à situação de irregularidade e reconhecer quais são as perceções dos imigrantes em situação irregular face ao controlo social da imigração, numa uma compreensão mais ampla do fenómeno sem que a quantificação seja o objetivo do estudo (Denzin & Lincoln, 2005).

1.2 Amostragem

O processo de seleção dos participantes seguiu os pressupostos da amostragem teórica (Glaser & Strauss cit. Strauss & Corbin, 1994) por conveniência uma vez que se trata de imigrantes em situação irregular detidos no momento da investigação. Os participantes foram selecionados conforme a disponibilidade dos mesmos entre o mês de Abril de 2013 e o mês de Março de 2014. Pretendíamos que os participantes da amostra retratassem a realidade e fossem capazes de testemunhar a sua experiência, pois não se tratou de “uma amostra representativa do ponto de vista estatístico mas sim relevante para o fenómeno em estudo” (Fernandes & Maia, 2001, p.56 cit. Almeida & Fernandes, 2001), sendo incluído tantos sujeitos quantos necessários até chegar à saturação teórica (Fortin, 1999).

A presença do investigador durante pelo menos três dias por semana no Centro de Instalação Temporária, permitiu uma maior aproximação ao contexto e “apropriar-se” das narrativas contadas na primeira pessoa (Vasconcelos, 2006) pelos alvos das políticas migratórias baseadas na detenção e expulsão. Não sendo um estudo etnográfico, esta presença permitiu aceder aos “não ditos” de um contexto, ultrapassar as limitações da língua e criar um ambiente de confiança entre entrevistador e entrevistado.

1.3.Participantes

Procurou-se diversificar a amostra, quanto à base legal que fundamentou a entrada em CIT, aos dias de permanência, às perspetivas de saída, ao género e nacionalidade com o objetivo de aceder a uma maior multiplicidade de percursos e significados.

A situação legal à entrada nos parece um dado importante quanto as significações da expulsão, a situação legal à saída é um dado importante quanto as perspetivas futuras da pessoa. Os dias de permanência foram outro dado que nos pareceu significativo no que se refere às significações da detenção assim como o estado civil para perceber a existência ou ausência de redes de suporte. O tempo de residência em Portugal foi, a nosso ver um dado importante para perceber questões ligadas à integração no país

Os dados socio demográficos dos participantes foram recolhidos antes e depois da entrevista. Alguns detidos estavam na sua maioria informados do seu processo de detenção e expulsão. Numa fase anterior à entrevista e pelo facto de a investigadora estar presente no local vários dias por semana, foi criada uma ficha de caracterização dos participantes a quem foi pedida informação antes da entrevista.

<i>Entrevistado (a)</i>	<i>País</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>T. em PT</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Art.</i>	<i>Dias no CIT</i>	<i>Sit. à saída</i>
Tânia	Brasil	F	24	14 Anos	10º	161, n.1	14	R.P.O.
Valeri	Ucrânia	M	46	21 Anos	Ensino superior	146, n.1	29	R.P.O.
Bacar	Angola	M	48	23 Anos	Ensino básico	146, n.1	45	A.M.C
Igor	Rússia	M	43	13 Anos	12º	147	59	R.P.O.
Orlando	Cabo Verde	M	25	7 Anos	11º	160	30	A.M.C.
Yaroslav	Ucrânia	M	31	11 Anos	Ensino superior	160, n.2	11	R.P.O.
Mohamed	Argélia	M	35	17 Anos	12º	160	27	F. Prazo
Lúcia	Brasil	F	47	9 Anos	12º	160, n.2	3	R.P.O.
Saimir	Irão	M	27	-	Ensino superior	146, n.1	30	Readm issão
Samba	Camarões	M	18	4 Meses	11º	146, n.1	58	R.P.O.

Quadro 1. Características socio-demográficas dos participantes do estudo

T. em PT: tempo de permanência ou residência em Portugal

Art. : Fundamento legal (artigo) em que se baseou a detenção em Centro de Instalação – Lei 23/2007 de 04 de Julho e respetivas alterações introduzidas pela lei 29/2012 de 09 de Agosto.

- 146, n.1: O cidadão estrangeiro que entre ou permaneça ilegalmente em território nacional é detido.
- 147: Cidadão estrangeiro que, detido nos termos do art. 146, n.1 pretende voluntariamente abandonar o território.
- 160: expulsão judicial – após cumprimento da pena de prisão
- 160, n.2: Cidadão contra quem é proferida decisão de afastamento e representa perigo de fuga
- 161, n.1: Cidadão estrangeiro contra quem já foi proferida decisão de afastamento e não cumpriu.

Dias no CIT: N.º de dias de permanência no centro de Instalação

Sit. à saída: qual foi o destino da pessoa quando saiu do CIT ou

- R.P.O: retorno ao país de Origem
- A.M.C: Alteração da medida de coação (sai em liberdade)
- F. Prazo: Fim do prazo de 30 dias de permanência (é libertado)
- Readmissão: Devolução da pessoa ao Estado onde permaneceu anteriormente (readmissão ativa).

1.4. Instrumentos

A entrevista semi-estruturada foi o instrumento utilizado para a recolha de dados e baseou-se no guião de entrevista do Projeto: “Género, Identidade e Migrações” (Matos, 2013). A entrevista (anexo A) permitiu aceder às experiências e significados dos percursos migratórios dos participantes. Apesar de semi-estruturada, a utilização desta entrevista de modo flexível possibilitou uma maior adaptação aos participantes. Este procedimento mais aberto abre espaço para que o entrevistado partilhe o máximo de informação (Dicicco-Bloom & Crabtree, 2006), no intuito de se extrair um sentido geral e se reconhecer unidades de significação emergentes do discurso dos participantes, pois o que se pretendeu foi explorar ideias, sentimentos, atitudes, opiniões (Fortin, 1999) face às medidas de detenção e expulsão e aceder à trajetória de irregularidade contada na primeira pessoa.

O guião é composto por seis partes. Na primeira parte são apresentados os objetivos da entrevista e é assegurado ao participante a confidencialidade dos dados. A segunda parte, intitulada “a história de vida”, explora o percurso do participante antes da sua migração. Nesta fase da entrevista é explorado o contexto familiar, o percurso escolar e laboral de forma a contextualizar o período antes da migração. A terceira parte explora o percurso migratório, com o intuito de conhecer os objetivos da saída, as razões da imigração, a forma de chegar ao país de acolhimento e o percurso migratório em Portugal até à detenção, nesta fase explora-se a trajetória escolar, laboral e familiar. No final deste terceiro momento da entrevista, abordamos o tema da discriminação e procuramos perceber a opinião dos participantes acerca destas questões. Na quarta parte da entrevista, focamos o controlo da imigração. Nesta parte exploramos as significações atribuídas pelos participantes ao mecanismo de controlo exercido através da detenção e expulsão: como vivenciam este período atendendo ao seu projeto de vida e como antecipam a expulsão. Na quinta parte da entrevista, tentamos perceber quais eram os projetos que os participantes tinham no futuro, os seus objetivos de vida, o que pensavam fazer ou as atividades que queriam desenvolver e os locais onde perspetivavam realizar esses objetivos. A fase da entrevista é dedicado aos agradecimentos aos participantes pela sua disponibilidade, neste último momento convida-se o entrevistado a pronunciar-se sobre o procedimento.

1.5. Procedimentos de recolha e análise de dados

No procedimento de recolha de dados foi pedida autorização prévia ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para a realização das entrevistas. Os dados foram recolhidos *in loco*, entre Abril de 2013 e Março 2014. Antes de iniciar a entrevista, os objetivos do estudo foram explicados aos participantes, garantindo-lhes o anonimato e confidencialidade. Após este

pequeno momento introdutório, foi fornecido aos participantes o consentimento informado, na língua materna, quando necessário. Como salienta Lima e Pacheco, (2006), o dever de informação acerca dos procedimentos, deve ter em conta uma linguagem compreensível para explicitar o fim do estudo (Lima & Pacheco, 2006). A duração das entrevistas oscilou entre 20 minutos e 1 hora e 20 minutos e foram posteriormente transcritas na sua integralidade.

De seguida, os dados foram depois objeto de tratamento utilizando a técnica da análise de conteúdo. A escolha deste procedimento deve-se ao facto que usa um conjunto de técnicas de análise visando obter uma “explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2006, p.42) contidas na comunicação e deste modo, uma redução da informação, a partir de regras, de modo a facilitar a compreensão de um fenómeno (Esteves, 2006). Além do mais, esta técnica permite organizar os conteúdos em categorias, com regras de codificação de forma a comprimir palavras (Fortin, 1999) e produzir uma explicação do fenómeno, e não um conteúdo meramente descritivo, a partir do que se encontra na comunicação (Lima & Pacheco, 2006).

A análise dos dados iniciou-se com a leitura flutuante da integralidade das entrevistas e prosseguiu com o procedimento de categorização aberta de modo a que as categorias emergissem dos próprios dados num processo maioritariamente indutivo (Esteves, 2006). Neste procedimento aplicou-se o princípio da exaustividade sem que cada categoria fosse mutuamente exclusiva (Fernandes & Maia, 2001 cit. Almeida & Fernandes, 2001). Um procedimento aberto permitiu fazer questões e comparações inerentes ao princípio centrais da *Grounded Analysis*. O método da comparação constante serviu para interrogar os dados brutos até chegar às categorias centrais (Fortin, 1999), num constante retorno aos dados até o processo ficar “saturado” (Fernandes & Maia, 2001, p.55 in Almeida & Fernandes, 2001).

As categorias iniciais foram essencialmente descritivas, muito próxima do material recolhido e foram sujeitas a modificações e recodificações a média da análise do material transcrito. Este tratamento de dados, baseada na comparação constante (Fernandes & Maia, 2001) permitiu criar categorias mais conceptuais que servissem os objetivos do estudo. Este procedimento foi realizado com recurso ao *Software* de análise de dados Nvivo 9, instrumento útil na elaboração das categorias e suporte do material analisado. Após a estabilização do sistema de categorias e a classificação dos dados nessas categorias ordenou-se o material consoante a frequência de resposta em cada categoria.

1.7. Estratégias de validação dos dados

Os critérios de confiabilidade do estudo foram cumpridos pelo *peer debriefing* permitindo que outras investigadoras, as orientadoras deste estudo, e com conhecimento da problemática acompanhassem a investigação inicial (Guba & Lincoln, 1991 *cit in* Coutinho, 2008).

A investigação qualitativa baseada na *grounded theory* tem uma natureza circular que permite esta verificação sistemática dos dados (Guba & Lincoln, 1991 *cit.* Coutinho, 2008). Deste modo, para assegurar a fiabilidade e validade do processo ao longo do estudo optou-se pelo procedimento de identificação de erros junto das orientadoras. A identificação desses erros foi alcançada através da verificação sistemática dos dados recolhidos. Para assegurar a coerência metodológica, a estratégia mais utilizada assentou na verificação da adequação da amostragem teórica confrontando-a aos dados da análise e recolha.

RESULTADOS

A partir da análise das entrevistas e atendendo aos objetivos do estudo, foram criadas indutivamente 7 categorias principais (de 1ª geração), cada uma das quais incluindo subcategorias de 2ª, 3ª e 4ª geração. Esta análise permitiu compreender os percursos de imigrantes em situação irregular desde a saída do país de origem até à experiência de detenção em Portugal. As categorias criadas permitem dar sentido às razões levaram estes indivíduos a migrar, conhecer os seus percursos, compreender os motivos da sua irregularidade, e aceder aos significados que cada imigrante detido atribui ao seu percurso, à detenção, à expulsão e ao modo como perspetivam o futuro depois da sua permanência em Centro de Instalação.

As categorias de 1ª geração dizem respeito, respetivamente: aos motivos da imigração, aos percursos do imigrante desde a sua chegada ao país de acolhimento, às figuras ou pessoas que, de alguma forma, os participantes associam ao seu processo migratório, aos percursos de vulnerabilidade, aos aspetos facilitadores para a sua integração no país de acolhimento, aos significados atribuídos ao percurso migratório, à detenção e à expulsão e, finalmente, às perspetivas quanto ao futuro.

O sistema de categorias, com as suas definições, encontra-se no anexo B. Os excertos codificados em cada categoria e a respetiva frequência de respostas (número de entrevistados com referências em cada categoria) encontram-se na tabela do anexo C. No quadro 2, que consta da página seguinte, é apresentada uma síntese das categorias criadas. A apresentação dos resultados será acompanhada, quando pertinente, dos excertos que melhor ilustrem cada categoria.

Quadro 2. Quadro resumo das categorias

Categorias	Subcategorias		
1.Motivações	1.1.Migração para estudar		
	1.2.Migração de Trabalho		
	1.3.Migração para conhecer outros países		
	1.4.Migração por motivos políticos		1.4.1.Por motivos políticos
			1.4.2.Recusa de asilo noutra país da UE
2.Percursos de (ir)regularidade	2.1.Situação a chegada	2.1.1.Entrada regular	2.1.1.1.Com a mãe, na infância
			2.1.1.2.Visto de estudo
			2.1.1.3.Visto de residência
			2.1.1.4.Visto de negócio
			2.1.1.5.Visto de turismo
		2.1.2.Entrada irregular	2.1.2.1.Com passaporte sem visto
			2.1.2.2.Com documentos falsos
			2.1.2.3.Clandestino
	2.2.Explicação da irregularidade	2.2.1. Falta de conhecimento	
		2.2.2.Negligência	
		2.2.3.Drogas	
		2.2.4.Estar preso	
		2.2.5.Falta de trabalho legal	
2.2.6.Violência conjugal			
2.2.7.Recusa pedido de asilo			
3.Figuras no processo migratório	3.1.Amigos		
	3.2.EMPRESAS e empresários		
	3.3.Redes de tráfico		
	3.4.Família		
	3.5.instituições de apoio		
	3.6.Advogado		
4.Percursos de vulnerabilidade	4.1.Percorso laboral	4.1.1.Atividade	4.1.1.1.Industria
			4.1.1.2.Construção civil
			4.1.1.3.Restauração
			4.1.1.4.Trabalho sexual
		4.1.2.Precariedade	4.1.2.1.Sem contrato
			4.1.2.2.Temporário/sazonal
			4.1.2.3.Acidentes de trabalho
	4.2.Família	4.2.1. Violência conjugal	
		4.2.2. Perdas e separações	
	4.3.Desvio, crime e sistema penal	4.3.1. Consumos	
		4.3.2. Crimes	
		4.3.3.Jogo	
		4.3.4.Prostituição	
	4.4.Crise económica		
	4.5.Dificuldades com a língua		
	4.6.Constrangimentos legais		
	4.7.Discriminação	4.7.1.Pelocidadão	4.7.1.1.Pela raça
			4.7.1.2.Pela nacionalidade
		4.7.2.Pela polícia	
4.7.3.Pelo sistema judicial			

Quadro 2. Quadro resumo das categorias

Categorias	Subcategorias		
5.Aspetos facilitadores da integração	5.1.Escola		
	5.2.Família		
	5.3.Amigos		
	5.4.Características dos portugueses		
	5.5.Trabalho		
	5.6.Sistema de saúde		
	5.7.Características pessoais	5.7.1.Competências sociais	
6.Significações da migração	6.1.Significações da Migração	6.1.1.Projeto falhado	
		6.1.2.Ilusão	
		6.1.3.Boa experiência	
	6.2.Significações da detenção	6.2.1. Privação de liberdade	
		6.2.2.Associação ao crime	
		6.2.3. Associação ao <i>status</i> de “llegal”	
		6.2.4. Espaço de exclusão	
		6.2.5.Injustiça/revolta	
		6.2.6.Punição/castigo	
		6.2.7.Uma passagem	
		6.2.8.Perda de tempo/inutilidade	
		6.2.9.Separação familiar	
	6.3.Significações da expulsão	6.3.1.Falta de perspectivas/rompimento com projeto de vida	
		6.3.2.Falta de identificação com país de origem	
		6.3.3.Ausência de referências no país de origem	
6.3.4.Punição/castigo			
6.3.5.Reatar laços familiares			
7.Perspetivas futuras	7.1.Ausência de perspectivas		
	7.2.Onde	7.2.1.Em Portugal	
		7.2.2.No país de origem	
	7.3. O plano	7.3.1.Sair do percurso de consumos de drogas	
		7.3.2.Família	
		7.3.3.Trabalho	
		7.3.4.Estudos	

1. Os motivos da migração

Nesta categoria foram codificadas todas as unidades de registos referentes às razões pelas quais os imigrantes detidos em centro de instalação temporário saíram do seu país de origem.

1.1. A migração para estudar

Dois participantes vieram para Portugal para ingressarem no sistema educativo nacional. Uma das participantes, chegou a Portugal com 10 anos de idade, com a família e foi inserida na escola. (Tânia, “*Entrei em Portugal com 10 anos, vim com toda a minha família, a minha família vive aqui, estudei, pronto...*”). Um segundo entrevistado concorreu a uma bolsa de estudo na adolescência, o que lhe permitiu migrar para Portugal (Orlando, “*Lá, estava a estudar escola normal, estava em 10º ano e depois candidatei pr’ aquele de curso medio, que dá para dupla certificação, então consegui, vim pr’a cá, vim prá cá para estudar*”).

1.2. Migração de trabalho

Para 6 dos 10 entrevistados, a principal motivação para a sua migração está relacionada com o trabalho, e mais especificamente, para **melhorar as condições de vida** no caso de 5 dos entrevistados, esta migração é devida a instabilidade laboral ou falta de trabalho no país de origem (Igor “*aquela vida de não ter trabalho certo...ainda não fui ...como dizer...estabilizar vida...não está direito, certo...por isso cheguei aqui*”). No caso de outro participante, saiu do seu país **para construir uma carreira profissional** no mundo do futebol na Europa e assim poder ajudar a sua família (Samba “*En fait, ma passion c’est le football (...) L’important pour moi c’est m’installer en Europe et avoir une équipe ou je peux jouer puisque moi ma famille a besoin d’aide*”).

1.3. Migração por desejo de conhecer outros países

Um dos imigrantes declarou que o seu desejo de conhecer outros países remonta à infância (Yaroslav, “*Decidi-me emigrar, tinha aí...decidir, não é decidi...enfiei na cabeça quando tinha 5 ou 6 anos,*”), surgindo uma intenção de migrar desde muito cedo e que “nunca o deixou” (Yaroslav, “*desde daí tinha isto na cabeça*”). Já por volta dos 20 anos de idade, tendo a oportunidade de sair do país, decidiu migrar para **conhecer outros países** (Yaroslav “*Tinha 20, 20 anos, 20 e pouco já andar com ideias, vou sair, sair, sair....sair, fui pra Polónia, fui Alemanha, pra França...Cheguei tal, pronto, fiquei, fiquei aqui.*”).

1.4.Migração por motivos políticos

Para um cidadão, os motivos da migração são devidos ao **regime político do país** de origem. Este participante insurgiu-se contra a falta de liberdade sentida no seu país (Saimir, “*As you know about my country we have a lot of problem (...) got to accept the religion, you have to accept what they decide for you, what to drink, to dress, to every thing.*”) e por esse facto, teve problemas com a polícia, o que o levou a sair do país de origem (Saimir, “*2009, I leave Iran I have the problem...2007, with the police.*”). Uma vez em solo europeu foi-lhe **recusado asilo**, pelo que resolveu migrar mais uma vez para procurar uma situação melhor dado não se sentir em segurança no seu país (Saimir, “*After many years I live in Norway they refuse my case...so I decide to leave because I don’t have documents I still young, that situation I don’t have any future*”).

2.Os percursos de (ir)regularidade

Nesta categoria, estão organizadas todas as unidades de registos que compreendem a forma de chegar ao país de acolhimento de modo a perceber como entraram nesse país, se foi de modo irregular ou regular. Além da forma de entrada, podemos apreender pelas narrativas os motivos, do ponto de vista dos entrevistados, da sua irregularidade.

2.1. Situação à chegada

A maior parte dos entrevistados referem ter entrado **regularmente** em Portugal (7/10). Neste caso, uma detida diz ter chegado **na infância com a família** enquanto outros seis imigrantes dizem terem entrado no nosso país com outro tipo de documento: **uma autorização de residência** concedida ao abrigo de **uma bolsa de estudos** (1/10), um **visto de negócio** (1/10), um **visto de residência** (1/10) ou um **visto de turismo** (3/10).

De forma **irregular**, entraram três participantes. Uma das participantes refere que não obstante **ter passaporte** e ter sido submetida ao controlo de passageiros no aeroporto, não lhe levantaram problemas ao entrar em Portugal apesar da **falta de visto** no passaporte (Lúcia “*Conseguia entrar e deixavam entrar...então...olha...assim como eles dizem, você viola, viola...não! Eu mostro meu documento, me deixam entrar...*”). Um entrevistado recorreu a **documentos falsos** (Saimir, “*I got some Money I give some traffic men to help me to get documents*) e por último, outro entrevistado chegou **clandestinamente** por barco (Mohamed, “*Aí cheguei foi...embarquei um barco, de..., de...mercadorias, escondido, cheguei a França, França- Portugal (...) eu foi ao porto, de imigração ilegais*”).

2.2. Explicação da irregularidade

Estão sistematizadas nesta categoria todas as unidades de registo com referências aos motivos que, segundo o próprio, explicam a sua situação irregular. Esta categoria divide-se em 7 subcategorias evidenciadas em negrito nesta secção de descrição dos resultados.

As duas cidadãs estrangeiras entrevistadas referem que a sua situação irregular resultou da **falta de conhecimento** quanto às regras de permanência no território (Tânia " *eu estudei aqui, na minha cabeça, ao estudar, automaticamente eu tinha residência em Portugal...né, até aos quinze anos, eu estudei. Tava tranquila, prontos...*") ou quanto aos procedimentos de regularização (Lúcia " *Já tinha o meu café, primeiro arrumei todos os documento e tudo pr'a mim lá me apresentar, né...para ver se eles me... me, ajudavam ou se me deixavam ficar ou se me dessem residência, como eu era um comerciante, eu era um...cidadã como qualquer outra pessoa aqui, tava a viver e eles tiraram a cópia de tudo aquilo...com 15 dias...me chegou uma carta que tive que comparecer...até fui toda contente...(...) quando eu cheguei lá, eles me deram uma carta de expulsão, para 10 dias*).

A negligência, é um aspeto referido por três participantes (Bacar " *a culpa foi minha, não da família, nem do SEF, nem da embaixada. Porque não cheguei mais a tratar....Já estava habituado aqui, pronto.*"). Um participante refere o **percurso de consumos** de drogas como explicação para a falta de regularização da sua situação (Mohamed " *eu estava fora de mim...Nem tentei, nem tentei...Nem tentei, nem tentei...*"). O facto de estar **preso** a cumprir pena de prisão foi outro motivo invocado por um participante pois não lhe foi possível renovar o título de residência na prisão (Orlando " *mas quando eu entrei preso na...na altura, eu tinha residência de estudante porque a escola dava-me papel para renovar documento todos os anos, então quando eu entrei preso eu tava com documento em dia, só que eu fiquei lá dentro, é lógico que...documento passou de validade*").

Para uma entrevistada, **a violência exercida pelo seu companheiro** impediu-a de tratar da sua situação legal (Tânia " *Nunca... depois...juntei-me com o tal rapaz...á sim, eu sabia, eu tinha que ir ao SEF para saber como andava os meus papéis e tudo ... depois eu não podia sair de casa, não podia fazer nada...*"). Para um entrevistado, **a recusa do estatuto de asilo** pela Noruega (Saimir, " *After many years I live in Norway they refuse my case...so I decide to leave because I don't have documents I still young, that situation I don't have any future*") justifica, segundo ele a sua situação irregular.

Por último, quatro dos entrevistados referem **a falta de trabalho** como fundamento para a irregularidade, seja por não arranjam emprego (Yaroslav, " *Era titulo de residência, a ultimo titulo de residência era de 2 anos, depois perdi emprego (...)* Perdi emprego, depois não consegui mais emprego...e pronto") ou, se estão ativos, por não encontrarem trabalho legal (Bacar, " *Depois quando eu foi renovar o passaporte, aquele momento, não tinha mais contrato, tem que ter contrato para ir lá meter mais. Comecei a trabalhar assim...*").

3. As figuras no processo migratório

Estão agrupadas nesta categoria todas as referências a figuras que marcaram, ora positivamente, ora negativamente, o processo migratório dos entrevistados, tendo tido um papel importante no momento da saída do país de origem e/ou no processo de instalação no país de acolhimento.

3.1. Amigos

Nas narrativas de três participantes, é colocada ênfase nas amizades. Um deles menciona **a ajuda monetária** por parte dos amigos no processo de saída (Saed, *"so I decide I ask some of my friends to help me some money, they help me I got some money"*), outro migrante refere-se aos amigos como **facilitadores** no processo de saída (Valeri, *"Ele disse eh pá vocês não querem ir para Portugal? Nos ficamos assim estranho, o que fazer a Portugal? Como, como vamos? Falamos, falamos, falamos -Pera aí, trouxe para vocês convite*). Na chegada, **a rede social proporcionada pelas amizades que se encontram estabelecidas em Portugal** desempenha um papel importante (Lúcia, *" 2005, tava cá uma colega que já estava cá há anos, vim...me ajudou, me arrumou trabalho, fiquei na casa dela...cheguei em casa dela e me ajudou e eu fiquei na casa dela o tempo que quis."*).

3.2. Empresas e empresários (3/10)

As empresas ou empresários aos quais os detidos se reportam dizem respeito a empresas de **contratação laboral** no país de origem, meio pelo qual chegaram ao país de acolhimento. Esta contratação ocorreu por **via de escritórios que contratam mão de obra estrangeira no país de origem**, como menciona um participante (Igor, *"Foi, umas, como se chama...escritórios que mandaram, que ajudaram-me a mandar eu pra qui, para trabalhar Espanha...Itália, França, Portugal..."*), ou através de um **empresário ligado ao mundo do futebol**, no caso de outro participante (Samba *"Ils'appelle...Roger Titi, camerounais qui vit au Portugal...c'est un monsieur, il dit qu'il est manager, moi je ne sais pas si c'est ça vraiment, il travaille avec un monsieur qui est au Cameroun, bon, ce monsieur ,c'est un camerounais aussi, Roger, ça fait près de 15 ans qu'il vit au Portugal."*). No caso de outra participante, Lúcia, a contratação efetuou-se através de uma empresa ligada ao ouro e sediada na Alemanha, funcionando como porta de entrada na Europa (*"lá no Brasil, tem uma empresa alemã que há no Brasil também, que se chama ingodex, então tá toda a gente entrando nessa empresa, (...) é por marketing (...) porque havia um grupo pr'a Alemanha, eu falei assim, eu sou igual a S. Tomé, eu quero ver essa empresa de perto... Mexe com ouro...(...) eu tava vindo pr'a cá...tava vindo pela Alemanha"*).

3.3. Redes de tráfico (2/10)

As redes de tráfico foram utilizadas por dois imigrantes. Para um imigrante, este recurso à rede de tráfico permitiu-lhe obter documentos falsos e assim, sair do país de origem. Uma vez no país de origem, recorreu novamente às redes de tráfico para obter outros documentos falsos e sair desse país de acolhimento, após recusa do estatuto de asilo, rumo a outro destino (Saimir “*I got some money I give some traffic men to help me to get documents I went to Greek, Greek, Rome, to Lisbon, Lisbon I came by train to Porto*). Para outro participante, tratou-se de um recurso para poder trabalhar uma vez chegado ao país de acolhimento (Mohamed “*só que muchas vezes trabalhamos com mafias...porque...não sabia quem patrão, não sabia. Trabalhar só com intermediário, intermediário...mas mal pago e também, eu não tem documento, mal pago*”).

3.4. A família (4/10)

A família é referida por quatro participantes como fator de grande suporte em momentos chave das suas vidas, em momentos difíceis ou como ponto de viragem importante na trajetória migratória.

Um entrevistado refere-se ao apoio da família, em particular da mãe, enquanto esteve preso (Orlando “*depois tive apoio dos meus familiares, graças a Deus, a minha mãe, pagou advogado e tal...*). Já para Lúcia, o facto de ter encontrado um companheiro, “*um anjo que caiu do céu*”, foi decisivo para mudar o rumo da sua trajetória e, como manifestado pela própria, para “*sair daquela vida*”- entenda-se prostituição.

3.5. As instituições de apoio (3/10)

Três dos entrevistados fazem referência a instituições de solidariedade social no decorrer das entrevistas, duas das quais ligadas a congregações religiosas. Aliás, estas congregações, serviram não só de suporte no tratamento dos consumos de álcool de um imigrante (Valeri “*Eu fui, comecei a ver pessoas diferentes, eles disseram -eh pá vais pro pé de nos, ficas connosco- Comecei a andar na igreja Baptista, comecei, gostei, comecei ler bíblia, ler coisa...*), mas também como suporte e ajuda financeira no regresso ao país de origem desse mesmo imigrante (Valeri, “*Ainda não tenho dinheiro, quando chego para Kiev, até minha cidade são 600 kms, e pagar também não tenho. É problema. Mas aqui o Sr Vítor da Igreja, ta a tratar arranjar dinheiro pra mim...ajuda.*”).

Noutro caso, uma congregação católica serviu para colmatar as carências socioeconómicas de um detido num período mais difícil da sua trajetória, nomeadamente depois da perda de trabalho (Igor

“Depois, eu, eu, encontrei o sítio tipo, quer arranjar-me refeição...eu fui para o GASP, não sei se você conhece...Pronto, lá tem refeitório, tem esta organização da igreja...Santo António, Barcelos...mas eles ajuda a...eu... eu também andei com motorista deles, GASP mesmo, ajudei para apanhar coisas”).

Apesar de não ter conseguido regularizar-se na prisão, um último cidadão estrangeiro menciona a tentativa de contacto com uma associação que *“na altura ia à prisão”* (Orlando) para ajudar os detidos no processo de regularização.

3.6. O advogado (3/10)

A figura do defensor jurídico foi referida positivamente pelos três cidadãos que mencionaram esta figura, esta enquanto interveniente tanto **no processo penal** como **administrativo de expulsão**. Um participante (Orlando) manifestou satisfação com o trabalho do advogado (*“fez um ótimo trabalho”*) porque conseguiu **reduzir substancialmente a pena** inicial de prisão de 13 anos para 6 anos (*“ficou nos 6 anos.”*) e **transmitir-lhe esperança** (*“descontrolei-me...eu disse- aos 21 ano, condenar, condenar nessa pena de prisão...eu vou sair daqui velho, vou perder a minha juventude toda-...depois, advogado disse que vai fazer qualquer coisa e tal...”*).

Da mesma forma, noutras duas referências ao processo de expulsão, o defensor jurídico é descrito como alguém que não só transmite esperança ao cidadão estrangeiro mas também **confiança, como profissional** (Tânia, *“é uma pessoa que aos poucos me vai dando esperança e vai me dando algum ânimo para estar aqui dentro... porque é complicado, é horrível”*).

4.1. O percurso laboral.

Esta subcategoria remete para todas as referências a vulnerabilidades durante o percurso laboral. Esta categoria de 2ª geração, subdivide-se em duas categorias. Uma primeira categoria refere-se ao tipo de atividade laboral exercida, uma segunda reporta-se às situações de precariedade laboral.

4.1.1. A atividade

As atividades citadas pelos entrevistados são principalmente ligadas à **restauração** (4/10) como no caso de Valeri (*“Eu depois voltei a trabalhar para restaurante”*), à **construção civil** (3/10) como refere Bacar (*“comecei como servente, depois fiquei como pedreiro”*), ao ramo da **indústria** (1/10) ou ao **trabalho sexual** (2/10).

4.1.2.A precariedade

No decurso do discurso de quatro cidadãos, a precariedade laboral centra-se na **atividade laboral ilegal**, que parece ser uma forma habitual de exercer a atividade para alguns participantes (Valeri, “*Fui habituado a trabalhar sem contrato*”) e na **sazonalidade ou temporalidade do trabalho** que muito se relaciona com o trabalho ilegal. Esta intermitência laboral foi encontrada no discurso de três participantes, como no caso de Bacar que fazia “*biscates*”, ou que trabalhava “*nas vindimas*” e “*Ia na fruta. Cargas, descargas*” ou Valeri que trabalhou no verão na entrega de listas telefónicas (Valeri, “*O verão fui entregar as listas telefónicas....só no verão*”).

Relativamente aos **acidentes de trabalho** (2/10), constatamos que esta vulnerabilidade não se resume exclusivamente ao exercício de trabalho ilegal mas também aos acidentes de trabalho no decurso de uma atividade legal.

Quando o acidente de trabalho aconteceu durante trabalho ilegal, um cidadão relata que “cortou” um dedo da mão com uma máquina de trabalho e que pelo facto de não ter contrato de trabalho ficou sem proteção social após o acidente (Igor, “*depois, no agosto, arranjei trabalho nas obras...trabalhei duas semanas, perdi dedo, (...) chegou altura dos... férias daqueles trabalhadores....das obras...e entrei para substituir, logo aconteceu esta... eu não tinha contrato, não pagou seguro...eu não consegui receber*”).

Um segundo cidadão, apesar de estar a trabalhar **com contrato**, refere que foi alvo de assédio moral com recurso a **chantagem** quando sofreu o acidente de trabalho (Yaroslav, “*Eu tava legal, eu podia pr’o preso, podia ganhar dinheiro mas tinha muitos amigos ilegais, eu parti uma perna e andei 6 meses com gesso, eu podia ficar, sujeito de ficar invalido, ele ameaçou-me que ia a policia que ia entregar os meus amigos se eu entregava a ele que me fiz isso*), com consequências para a sua proteção social.

4.2. A família

Nesta categoria, estão organizadas todas as unidades de registos referentes a fatores de vulnerabilidade do contexto familiar durante a trajetória migratória.

Uma entrevistada, vítima de **violência doméstica**, refere que os relacionamentos instáveis e um companheiro violento lhe deixaram marcas difíceis de apagar, o que, nas palavras dela, a deixou “limitada” (Tânia “*deixa sempre magoas, o psicológico nunca é o mesmo, a gente nunca consegue ganhar confiança com outra pessoa, foi quando entrei pra noite*”).

Também as **perdas e lutos de familiares** emergem do discurso como acontecimentos negativamente marcantes no caso de seis participantes.

Um participante referiu o impacto da **separação com a mulher** como um acontecimento marcadamente prejudicial na sua trajetória. De acordo com este participante, a separação foi um momento decisivo, já que precipitou o início de uma fase de maior consumo de álcool (Valeri, “*ela disse -tenho outro- e pronto. Ah, acabou, acabou, eu foi embora, saiu logo, foi mala, saiu chateado. Ela chorava, deixa...saiu da rua e tava pessoas...da Ucrânia, eu saí chateado.-Eh tu nunca estavas triste, sempre contente, estás triste o que é que se passa? (...) bebes, ficas melhor*”).

Além da perda dos laços familiares, dois imigrantes referem-se à **perda da mãe** como acontecimento significativo, por não terem estado junto delas antes da morte, nomeadamente um dos participantes reporta-se a este momento de perda como um grande “choque” (Mohamed, “**Perdi minha mãe...**(...) *quando entrei prisão, eu sabia que mi mãe, saúde, entrei...30 de abril 2008...entrei...e passado 6 meses, telefonei...e foi minha casa perguntar,-oi tudo bem, tudo bem...e...bom, e como está mi mãe?- Mi irmã não me respondeu...eu é que começo insistir, e ela começa a chorar, diz -mãe, mãe faleceu-...e foi...um grande choque, grande choque. Depois, pensei bem...-eu estraguei minha vida- porque o golpe que mais foi, mesmo de mais, foi de mi mãe, porque perdi que não vê...*”).

4.3. Desvio, crime e sistema penal.

Esta categoria agrega todas as unidades de registos que se referem ao “desvio”, tais como o consumo de álcool e drogas, a prostituição, os crimes e o contacto com o sistema penal.

Os consumos de álcool e drogas são referidos por quatro entrevistados. Três consumos desses consumos dizem respeito ao **álcool**, sendo que um desses consumos teve consequências em termos laborais para um participante (Valeri “*comecei a beber, depois já beber no trabalho (...) E pronto...depois tenho de sair do Javat porque não parei beber*”). Este mesmo participante refere-se, além do abuso do álcool, a um percurso de adição ao **jogo** (Valeri “*sempre jogava no casino, sempre*”) o que o levou a ficar na rua (Valeri “*...e depois, estas pessoas sem abrigo, ficaram pra mim amigos, todas as pessoas trabalham, eu não, eles também não trabalham...eh pá não vou alugar casa vou pro pé deles, e fui com eles, pra rua, fui pra rua com eles*”).

Um único participante refere-se à incursão da heroína e cocaína como tendo marcado o seu percurso migratório, sendo que tal consumo o levou a prática de roubos (Mohamed “*Não, isso de haxixe e isso, consumia...só... Tou a falar de droga pesada, de heroína, cocaína. Consumi aqui. Comecei a consumir aqui (...) nunca injetei, só fumo garrafa e heroína de prata*”) e respetiva

condenação a pena de prisão (Mohamed “ *bom, quando...comecei, foi consumir...crimes, roubos, prisão*”).

Em termos de crimes, um segundo detido, Orlando, refere-se a condenação por “**roubo, sequestro, posse de arma e resistência contra os funcionários**”.

A prática da **prostituição** é referida pelas duas mulheres participantes. Lúcia refere que tinha “*anúncio no jornal*” e “*atendia boas pessoas no apartamento (...) pessoas as vezes escolhida*” e que esta atividade foi, segundo ela, durante pouco tempo (Lúcia, “*Mas foram pouco tempo...*”). A segunda mulher, Tânia, estava a trabalhar há 8 meses “*só aos fins-de-semana*” num bar “*dancing*” quando foi detida (“*nem tem muito tempo, tem uns oito meses...foi onde fui caça e vim parar aqui*”).

4.4. A crise económica (4/10)

Nesta categoria, estão organizadas todas as unidades de registo que se referem a situações de vulnerabilidade atribuídas, pelos entrevistados, à crise económica que o país atravessa.

Um participante refere a dificuldade de encontrar trabalho hoje em dia em Portugal (Mohamed “*Eu, eu...penso sair de Portugal porque Portugal...tá em crise*”), que de acordo com uma participante leva os empregadores a preferencialmente contratar cidadãos de nacionalidade portuguesa (Tânia “*porque tem portugueses que estão sem trabalho ... é obvio que eles preferem dar o trabalho a um português do que a um brasileiro ou chinês ou...*”). Como refere Orlando “*se isso mal para os portugueses, imagina nós, estrangeiros que somos de fora*”.

4.5. As dificuldades com a língua (5/10)

Cinco participantes referem ter tido dificuldades com a língua principalmente nos primeiros tempos, após a chegada ao país de acolhimento.

Esta vulnerabilidade fez-se sentir **no trabalho** e na respetiva contratualização laboral (Samba “*Bon, moi je connais pas la loi du Portugal puisque lui il vit ici depuis plus de temps. Lui il a refait un contrat avec Espinho que moi je ne connaissais pas...c'est une erreur pour moi parce que je ne sais pas lire portugais, je ne savais pas encore lire portugais*”), ou **na integração** na sociedade por **falta de estruturas de apoio no ensino** da língua no país de acolhimento (Yaroslav “*bem, na altura era um bocado complicado porque eu usava apenas inglês. Português, português, sozinho, não tive escola nenhuma, tive que aprender o português sozinho*”) ou, **existindo apoio, ele ser insuficiente** (Saimir “*When you reach Norway for first time...you give them your information and you...for first time in Europe, they give you 250 hours to study but it's not enough it means nothing*”).

because it's too difficult to learn Norwegian ...so it means nothing when you learn alphabet you want to stop").

4.6. Os constrangimentos legais (4/10).

Nesta categoria, ficaram agregadas as unidades de registos que se referem aos procedimentos legais da regularização como fator de vulnerabilidade conforme a narrativa de quatro entrevistados.

Três dos participantes referem que só através de **contrato de trabalho** conseguem **renovar o visto** de residência como manifestou Igor *“sem contrato...não vale a pena ir ao SEF”*.

Um participante refere-se às implicações identitárias e materiais que uma aquisição da nacionalidade implica. Perante a possibilidade de **adquirir a nacionalidade** portuguesa, em determinada altura do seu percurso, este recusou porque **implicava a perda da nacionalidade no país de origem** (Yaroslav *“eu tive proposta do tomar a nacionalidade, a nacionalidade português só que eu neguei... eu tenho lá na minha terra propriedade...eu não posso ter a dupla nacionalidade, nacionalidade dupla, e depois devia pagar imposto a propriedade que tenho, cerca de 80% do imposto que devia pagar e eu neguei....”*). Não podendo ter duas nacionalidades, ficou sem proteção quando perdeu o seu emprego em Portugal e não conseguiu renovar a autorização de residência.

4.5 A discriminação como vulnerabilidade no país de acolhimento

Cinco dos participantes referenciaram ter experienciado pelo menos uma situação em que se sentiram discriminados, seja pela **raça** seja pela **nacionalidade**, por parte da sociedade e/ou por parte de instituições do país de acolhimento.

No seio da população portuguesa, estas duas formas de discriminação foram sentidas por cinco cidadãos. Um participante, Orlando, refere-se à uma situação vivida na rua *“oh preto vai pra tua terra”*. Uma participante refere-se à associação da nacionalidade **a prática da prostituição** (Lúcia *“algumas...olham pra brasileira, são putas”*). Um participante, Igor, refere que alguns portugueses *“não gostam dos imigrantes aqui em Portugal”* apesar de alguns já terem passado por uma experiência migratória (Igor, *“...foi emigrante na França...não gosta, não sei...porque eu não perguntei...”*).

Em termos institucionais, um participante reportou-se à discriminação de que foi alvo pela polícia, (Mohamed *“Eu acho que por parte de polícia...porque, eu tava referenciado, en el centro de Lisboa” e (...) acho que por ser estrangeiro, sem família, sem ninguém reclama por mim”*).

Por último, dois participantes dizem ter sido **discriminados em matéria judicial** devido à nacionalidade. Um participante referiu que se sentiu discriminado quando lhe foi aplicada a sentença judicial e condenado por crime (Orlando “*Penso que sim, eu penso que sim porque... (...) Naquele momento, por acaso, eu senti injustiçado porque, por uma pessoa que nunca teve praticamente qualquer problema com polícia, nunca tinha entrado numa esquadra de polícia (...) num caso desses já vi muitos casos desses praticamente quase idêntico ao meu, ou se for preciso mais grave, e pessoas a saírem com pena suspensa (...) eu naquela altura me senti injustiçado porque acho que foi uma pena um pouco pesada*”).

No segundo caso, Lúcia relata que foi alvo de discriminação no tribunal onde se sentiu “*um pedacinho de gente*” no dia da sentença do processo de expulsão (Lúcia “*Eu senti no tribunal...*”).

5. Aspetos facilitadores da integração no país de acolhimento

As narrativas não se referem exclusivamente a percursos de vulnerabilidade vivenciados negativamente pelos participantes detidos. Estes, ao longo das entrevistas, contrabalançam referências negativas com narrativas positivas relativamente a Portugal. Nesta categoria central, encontram-se agrupados 7 fatores referidos pelos participantes como facilitadores da sua integração na sociedade de acolhimento.

5.1.A escola (2/10)

Para dois entrevistados, um chegado na infância e outro na adolescência, a escola teve um papel importante para a sua integração. Orlando, refere que “*passava mais tempo na escola que em casa*” tendo sido rápida a sua integração em Portugal (Orlando “*cheguei logo passado uma semana, comecei logo a estudar (...) e já me senti...adaptei-me bem...*”) apesar de ser um recém chegado a Portugal (“*cheguei logo passado uma semana, comecei logo a estudar*”). Tânia ingressou na escola com 10 anos de idade, quando chegou do Brasil, o que contribuiu para que a cultura portuguesa passasse a fazer parte do seu quadro de referência desde cedo (“*se perguntasse, olha o hino nacional, eu vou cantar o português, nem sequer sei qual é o brasileiro*”).

5.2.A família (3/10)

O papel da família, já instalada em Portugal, foi central no processo de integração para três participantes porque amorteceu os impactos provocados pela perda dos laços com o país de origem, como refere Orlando “*Quando eu vim de Cabo Verde, eu senti, eu me senti bem porque eu já tinha*

praticamente muitos familiares aqui” ou para encontrar a primeira atividade laboral (Yaroslav “*estava com o meu padrasto e, se recibir- olá eu tenho trabalho? Ah tens trabalho, não te preocupes-*”).

5.3.Os amigos (2/10)

Para dois cidadãos estrangeiros, as amizades foram referidas como fatores positivos para a integração em Portugal, por se tratar de amigos de infância a viver em Portugal (Yaroslav “*e depois tive uns amigos, da minha terra mesmo que a gente era conhecidos desde pequenos*”) ou por constituírem amizades ao longo do percurso migratório no país de acolhimento (Igor “*Tenho, tenho, claro, não é muito mas...tenho, tenho. Amigos mesmo, mais amigos que minha raça, digo...*”).

5.4.As características dos portugueses (5/10)

Metade dos participantes manifestou sentimentos positivos relativamente à sociedade Portuguesa. Referem-se aos Portugueses como pessoas acolhedoras, generosas e educadas, como salienta Samba (“***Le racisme, moi, j’ai pas vu ça au Portugal, puisque dans les deux équipes où je suis passé, (..), j’étais bien accueilli. Quand vous êtes nouveau quelque part, les premiers jours c’est pas ça...vous ne connaissez pas les gens et au fur et à mesure les gens vous embrassent et...moi... ça, j’ai vraiment apprécié ça, les portugais... Là, c’était une bonne chose.***). Um dos participantes destaca a solidariedade como outra característica apreciada (Igor “*quando perdi trabalho, e tudo, perguntaram...-precisas de alguma coisa?-*”).

5.5.O trabalho (5/10)

Ter atividade laboral aparece na narrativa de cinco entrevistados como um fator positivo para a sua integração e como um motivo de satisfação no percurso migratório. Por um lado, como refere Bacar, conseguiram, através de um contrato de trabalho, obter residência (“*Depois de... em 1992, consegui trabalho, contrato. **Comecei a descontar, trabalhar. Bom, fiz entrada de documentos. E consegui já tirar o cartão de residência e gostei de cá estar.***”). Por outro lado, um bom ambiente de trabalho, como refere Valeri, foi importante para a sua integração em Portugal (“*E depois quando cheguei era empregado de mesa mais velhos, eles perceberam logo que eu não sei nada e eles disseram: -tu, só levantas loiça quando pessoas comeram, limpa as mesas e mais nada-, **comia lá, aquelas pessoas pra mim foram espetacular, ensinaram tudo....através deles, ui...gostei de trabalhar...***”).

5.6. A assistência na saúde

A assistência na saúde foi considerado uma experiência positiva da vivência em Portugal para dois detidos. Devido aos seus consumos de álcool, um imigrante referiu ter conseguido consultas de psicologia quando precisou (Valeri “*uma psicóloga pra Cascais, pra hospital de Cascais, arranjou, vamos falar lá. E arranjou pra mim uma psicóloga, arranjou para mim uma psicóloga, andei lá 3, 4 vezes, deu medicamentos. Eu fiquei lá contente*”). Bacar considera que os hospitais em Portugal prestam um bom serviço (Bacar, “*Não, não, hospital, sempre tive sorte, não sei como as pessoas reclamam*”).

5.7. As características pessoais

Esta categoria agrega todas as referências a características pessoais que os participantes consideram ter permitido uma boa integração.

Um participante refere-se às **competências sociais** (Mohamed “*Euh...por exemplo, nós quando tamos num país que não é nosso...eu aprendi uma coisa: não é criticar é uma coisa que aprendi é isso, não é para dizer: -isto é assim e assim-*”) enquanto quatro cidadãos referem a **resiliência**. Esta é referida como forma de encarar os acontecimentos de índole discriminatória, como é ilustrado nestes dois excertos (Lúcia, “*mas a gente tem que saber erguer a cabeça, conversar e dar a volta por cima*”; Orlando, “*eu por acaso, nunca paro para pensar muito, ultrapasso sempre isso, vou sempre além, num penso nisso*”).

6. Significações

Nesta categoria estão agrupadas todas as unidades de registos que se referem às significações relatadas pelos participantes relativamente ao seu percurso migratório, à detenção e ao afastamento do território.

6.1. Significações da migração

A categoria significações da migração está subdividida em três subcategorias, duas das quais se referem à migração como um **projeto falhado** e como uma **ilusão** enquanto a terceira subcategoria é de índole mais positiva porque se refere a uma **boa experiência**.

Quando questionados a propósito do seu percurso, para dois participantes a migração significa um **projeto falhado** pautado pelo arrependimento por terem melhores condições de vida no país de

origem. Para estes dois participantes, a migração não correspondeu às expectativas que tinham antes de saírem para um país estrangeiro, (Samba “...onze joueurs dans un appartement! Même en Afrique on ne vit pas comme ça”). Um entrevistado mostrou uma certa amargura relativamente à sua trajetória de consumos de drogas (Mohamed “se caso que imigrei, aqui, no, no...no ia querer caminho que foi, caminho de droga e de roubar e isso, isso...”).

Para estes dois participantes, que migraram numa fase ainda precoce da sua vida, sair para o estrangeiro foi uma **ilusão**, na medida em que no país de origem tinham melhores condições do que as que encontraram no país de acolhimento (Samba “C’est où je commençais a avoir l’inquiétude...parce que moi, em Afrique, au Cameroun, moi je vivais déjà mieux). Aqui surge também a ideia de que o esforço da travessia foi demasiado elevado para aquilo que encontraram em Portugal (Mohamed “e consegui, consegui chegar aqui, bom como eu estive aqui, não era aquilo que pensava que...entendeu? Só que eu...No meu país tinha cama, tinha comida, tinha tudo, aqui...quando cheguei aqui, tive que arranjar tudo, não há trabalho, e...tambien, era mucho jovem, mucho jovem”).

Uma participante considerou a experiência migratória satisfatória, uma **boa experiência** na qual se divertiu (Lúcia “Andei na noite, tomei uns copo...me diverti, tava bem, e pronto).

6.2. Significações da detenção

Relativamente às significações da detenção, emergiram 9 subcategorias: **privação da liberdade, associação ao crime, associação à irregularidade, espaço de exclusão, de injustiça, punição e castigo, uma passagem, de perda de tempo e de separação familiar.**

6.2.1 Privação de liberdade (8/10)

Para os oito participantes, o Centro de Instalação Temporário (CIT) significa uma privação de liberdade (Mohamed “é privado de liberdade”); (Saimir “we don’t have freedom actually”). Dois dos participantes consideram a permanência em CIT uma arregimentação do quotidiano (Bacar “Agora, você vai comer, tá lá segurança, vou fazer isso, tá lá segurança. Quero fazer isso, tenho que pedir. Você não pode ter relógio, não pode isso. Isso tudo me incomoda.”), e um espaço em que os dias são pautados por rotinas que infantilizam a pessoa (Bacar, “... parece uma criança, parece uma criança, adolescente, ... isso complica muito.”).

6.2.2. Associação ao crime (3/10)

Para três participantes, não obstante não considerarem o CIT uma prisão, salientam que o facto de estar detido significa a associação entre crime e imigração irregular (Bacar “*Porque, eu não devo a ninguém, tou livre, não matei ninguém, não roubei* “), pois uma detenção corresponde a uma punição para alguém que cometeu um crime e não para alguém que se encontra irregular. Segundo Yaroslav, quem assiste a uma detenção, facilmente faz uma associação entre imigração e criminalidade. Para este imigrante, deter um imigrante aos olhos da sociedade, significa que este imigrante é “*um criminoso grave*” (Yaroslav “*só o facto de ser algemado....o que é que os vizinhos vão pensar? Ser estrangeiro, vem aí...vem a civil, armados e tudo...é um criminoso e...criminoso grave....* “).

6.2.3. Associação ao *status* de “ilegal” (5/10)

Para cinco dos entrevistados, a detenção reforça um *status* de “ilegal” na sua própria identidade, pois estão presos pelo facto de, como refere Orlando, estarem sem documentos “*eu sei que na situação em que me encontro tou sem documento e tal ,tou aqui por causa disso*”. Samba realça que a detenção corresponde, para ele , à um espaço onde se agrupa os “sem papéis” (“*Pour moi c’ est un lieu, où on regroupe les sans papiers...Je ne devrais pas parler de ce terme, mais je reconnais que je suis sans papiers, même devant la loi je dirais que je suis sans papiers.*”).

6.2.4. Espaço de exclusão (1/10)

A detenção significa um espaço onde pessoas que “não têm família, não tem ninguém”, segundo uma participante, “*gostam de estar*” (Tânia). Para esta entrevistada a detenção faz sentido nos casos em que o imigrante não tem redes sociais, nem “*laços com ninguém lá fora*”. Neste contexto, para a participante, a detenção é um espaço destinado a pessoas socialmente excluídas e entende que há pessoas “*que acabam por estar aqui porque não têm família, não tem laços com ninguém lá fora*”).

6.2.5. Injustiça (2/10)

Para dois participantes a detenção é injusta (Yaroslav “*muito, muito, muito mal...já posso dizer que muito mal...acho que é muito injusto, que isto é muito injusto...*”; “*eu sinto um buraco, um vazio*”).

6.2.6. Uma punição e um castigo (1/10)

Uma cidadã encara a detenção como uma punição ou um castigo pelo facto de não ter regularizado a sua situação (Tânia “ *penso eu, que deve ser uma espécie de castigo por eu tar tanto tempo no país e não ter ido atrás...não é que não tive vontade de tratar dos meus papeis, só que eu não tinha...*”).

6.2.7. Uma passagem (1/10)

Um participante com experiência prisional, vê a detenção como uma passagem. Este cidadão sabe que sairá no fim do limite de tempo estipulado por lei uma vez que não é possível documentá-lo, tal como aconteceu numa detenção anterior em CIT (Mohamed “*Só que também pá mim tantos anos estar preso, isso pá mim, não, num afeta nada. Pá mim, é só dois meses estar aqui*”).

6.2.8. Uma perda de tempo (2/10)

Um cidadão estrangeiro, à espera de um salvo-conduto para sair voluntariamente do território português, refere que a detenção significa uma perda de tempo (Samba “*je suis en train de perdre le temps puisque je suis déjà deux mois...pas d’activité. Pour un footballeur, deux mois sans activité c’est beaucoup, tellement beaucoup, c’est comme si vous aviez perdu un an...je mange, je dors, je mange, je dors et moi je me dis c’est pourquoi il faut que je rentre, chez moi au Cameroun*”). Para outro participante, a detenção é inútil porque não resolve a sua situação nem permite elaborar projetos concretos (Saimir “*but here it’s difficult for us, I think for my self I lost my money, I lost my time, it’s difficult I don’t know what it will happen to me, what’s my destination...so, I ‘m a little bit angry, a little bit nervous, a little bit sad, many things in my mind...*”).

6.3.9. Separação familiar (2/10)

Para duas participantes, a detenção significa separar a família. Como refere Tânia “*Como tem outro senhor que está aqui que tem, prontos, também é meio complicado, com filhos, e esposas...no caso dele, é chato, é horrível*.”. Esta separação acarreta, na sua perspetiva, um impacto psicológico negativo não só no próprio como nos restantes membros do núcleo familiar: “*minha preocupação é o meu filho porque ele me liga, ele chora, ele -mãe onde é que tá?-, ...eu não vou mandar aqui o meu filho me visitar porque, pra mim isso é uma tortura psicológica, também pra ele*” (Tânia).

6.3. Significações da expulsão

Nesta categoria, agregamos todas as unidades de registos que dizem respeito às significações da expulsão para os entrevistados.

6.3.1. Falta de perspectivas para o futuro e rompimento com projeto de vida (3/10)

Três participantes manifestaram a sua preocupação relativamente às perspectivas no país de origem em caso de expulsão. Ser expulso para estes entrevistados significa romper com um projeto de vida porque é em Portugal que encontram o “futuro” (Yaroslav *“Agora, agora, agora, agora....se era antigamente era outra coisa, mas agora...o que é que significa pra mim, só é uma palavra...futuro, aqui tenho futuro, lá não sei como vai ser...”*).

6.3.2. Falta de identificação com país de origem (3/10)

Outra significação manifesta-se no processo identitário de dois imigrantes migrantes. Uma participante reconhece-se como portuguesa: *“é horrível porque eu...como é que é, como eu falo...eu sou uma cidadã portuguesa, não me considero uma cidadã brasileira porque nem sequer me lembro de nada”* (Tânia). Um outro participante refere que o seu lugar de pertença passou a ser Portugal (Valeri) *“...volto aqui porque já tá habituado, minha vida é mais daqui, eu vou pedir nacionalidade português, é...não sei para mim, ...”*).

6.3.3. Ausência de referências no país de origem (2/10)

Além da falta de identificação com o país de origem, para dois entrevistados, a expulsão significa ausência de um quadro de referência no país de origem porque estabeleceram a sua vida no país de acolhimento – Portugal-, onde já estão há muitos anos. Como refere Valeri (*“Não sei. Já são muitos anos, não sei.”*) ou Tânia (*“porque nem sequer me lembro de nada, não tenho contacto com ninguém no Brasil, é horrível, horrível, horrível...”*).

6.3.4. Punição (1/10)

Para um participante, a expulsão corresponde a uma sanção aplicada pelo facto de estar irregular, no caso dele, há muitos anos (Valeri) *“ Eu vou cumprir aquilo que receber, vou cumprir tudo...Eu, claro, gostava ficar, mas não dá, tenho de ir...foi apanhado e pronto, não é culpa de ninguém, tem que ficar lá, tem que ficar lá para saber o que é vida boa, ganhar juízo...”*).

6.3.5. Reatar laços familiares (1/10)

Por fim, no caso de uma participante, a expulsão é encarada positivamente porque será para ela uma oportunidade para rever a sua família (Lúcia *“A espera....tá assim....é, claro que a gente fica ansiosa, porque chegar logo ao meu país...e abraçar a minha família”*).

7. Perspetivas futuras

Nesta última categoria, estão sistematizadas todas as referências às perspetivas dos imigrantes em situação irregular em relação ao futuro. Esta categoria subdivide-se em três categorias: ausência de perspetiva, o local onde se localizam os projetos futuros e quais são esses projetos.

7.1. Ausência de perspetivas (5/10)

Quando questionados sobre as perspetivas futuras, metade dos cidadãos da amostra não conseguiu verbalizar perspetivas de futuro. Quatro responderam *“não sei”* de forma reiterada. Um deles, mostrou alguma ansiedade quando confrontado com essa questão (Yaroslav *“Não sei... Pra mim...agora, o que é que eu sinto....um buraco, um vazio, que num imagino como vai ser... Como é que antecipo o meu futuro....eu já respondi, eu já respondi que nem sei...já respondi nisso...”*). Um dos participantes respondeu que sentia falta de esperança e não mencionou nenhuma alternativa face à sua situação (Saimir *“Actually I’m so hopeless...right now because I think ...it’s the natural when you pay some money to get your future but you didn’t not, so far just a week ago actually I couldn’t find myself yet I hope to solve this problem...”*).

7.2. Onde (4/10)

Nesta categoria, ficaram agrupadas duas subcategorias, uma refere-se a narrativas dos imigrantes relativamente a Portugal e outra subcategoria refere-se aos projetos futuros no país de origem.

Após o primeiro impacto da pergunta sobre perspetivas no futuro, e apesar de alguns detidos voltarem a manifestar ausência de perspetiva, outros (4/10) acabaram por referir que o seu futuro passa por **viver em Portugal** (4/10), exemplo disso é Valeri (*“...volto aqui porque já tá habituado, minha vida é mais daqui”*).

Uma das participantes alega que utilizará meios menos próprios para voltar porque não se imagina a viver noutro país que não seja Portugal (Tânia *“não, se eu visse que eu não tinha, como é*

que vou dizer, se eu visse... que não havia por onde ficar, que eu tinha mesmo que ir embora, entrava novamente no país, não é difícil! Não é. Mas, são métodos que eu, que pra mim eles iam me custar muito, mas terá que ser”).

O país de origem faz parte do projeto de vida de dois participantes. Um entrevistado pensa voltar à sua carreira profissional, no futebol, uma vez que saiu deixando uma boa imagem no país de origem (Samba, *”Y’a que Dieu qui a le destin d’un homme, moi je crois en Dieu et par la grâce de Dieu tout ira bien (...) je crois que arrivé au Cameroun, vu la bonne image que j’ai laissé, tout ira bien et je pourrai me relancer...”*). Uma das participantes declara que não tem medo de recomeçar no país de origem até porque tem lá uma estrutura que lhe permite voltar em boas condições (Lúcia *“Olha o meu futuro, é assim... é recomeçar... não tenho medo, eu tou com 47 anos, não tou com medo de recomeçar, quer dizer, eu tenho um começo de vida no Brasil, eu tenho uma vida lá, né...”*).

7.3. O plano (4/10)

Esta categoria ficou subdividida em quatro categorias. Uma categoria diz respeito à vontade de sair do consumo de substâncias, uma segunda à família, uma terceira, ao trabalho e uma última aos estudos.

Para um participante, o seu projeto passa por **sair da trajetória de consumos de droga** (Mohamed *”Mis projetos pá futuro, (...) chega dessa vida...essa vida que tem, de droga, de dinheiro fácil”) e constituir família* (Mohamed *” casar, ter mulher, ter filhos”).* Outros dois participantes referem também a **dedicação à família** (Samba *”j’ai un enfant, c’est la personne qui me fait trop réfléchir sur moi, puisque j’aimerai que mon enfant est un bon avenir”).*

Dois participantes mencionam **o trabalho** como componente do seu projeto futuro (Mohamed *“ Mis projetos pá futuro, seja um trabalho, seja um trabalho honesto”*), enquanto outro entrevistado refere **os estudos** (Orlando *”...depois se eu ficar aqui, também, tem um grande plano que eu sempre diria que eu sempre gostava de terminar aquele curso que tava a fazer, já fiz um ano e depois se eu conseguia fazer superior porque desde sempre gostei da mecânica e tal”).*

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

Após a descrição dos resultados, esta secção é dedicada à discussão integrativa e conclusiva dos mesmos. Finalizaremos com uma referência às limitações encontradas e sugestões para futuras investigações. Procuraremos organizar esta secção em torno da resposta às nossas questões de investigação.

Quais as razões que levaram os participantes a saírem dos seus países?

Relativamente ao primeiro objetivo deste estudo, foi possível perceber quais foram as razões que levaram os participantes a migrarem. Verificou-se que a maior parte dos participantes (n=6) migraram por questões laborais, em busca de uma vida melhor, o que corrobora os estudos de autores como Ríos (2008), Patarra (2006) e Baganha (2005), que sugerem que estas motivações tendem a ser predominantes entre a população migrante. Assim, a falta de emprego ou de meios de subsistência nos países de origem e a procura de mão-de-obra barata e flexível nos países de destino, constituem forças muito grandes para o aumento desses fluxos migratórios (Leite, 2010).

Quais as razões da situação irregular destes migrantes?

Tal como evidenciado em estudos anteriores (cf. Düvell, 2011), também neste estudo se verifica que a maioria dos migrantes entrou em Portugal de forma legal (a via irregular para migrar foi utilizada apenas por três participantes). No caso de grande parte dos entrevistados, a irregularidade surgiu no decurso da trajetória migratória no país de acolhimento, decorrendo sobretudo do envolvimento em trabalhos ilegais e, em alguns casos, do envolvimento em redes de tráfico para fins laborais e sexuais. Como lembra Guchteneire (2007), os imigrantes, além das dificuldades inerentes ao processo migratório, constituem uma população particularmente vulnerável em termos laborais, porque representam uma mão-de-obra facilmente contratável e dispensável, habitualmente utilizada para os trabalhos mais difíceis (Guchteneire, 2007, Baganha, 2005).

As atividades laborais encontradas neste estudo, relacionam-se principalmente ao ramo da restauração (4/10) e da construção civil (3/10). Estas atividades estão tradicionalmente ligadas não só ao trabalho ilegal (Baganha, 2005) mas também, no caso da construção civil, a uma grande propensão de acidentes de trabalho. Em Portugal, o sector da construção civil contratou uma grande força de trabalho vinda do estrangeiro entre 1996 e 2003 (ibidem). Como refere um dos participantes, Igor, há 13 anos em Portugal, nesses anos, os “*patrões andavam atrás de nós*”. Com a crise económica que se faz sentir na Europa na atualidade, os migrantes deparam-se com a situação paradoxal de o trabalho – motivo que os levou a migrar – se tornar em si mesmo um entrave à melhoria das condições de vida: ou porque é inexistente ou porque é precário ou ilegal.

No que respeita aos fluxos migratórios associados ao tráfico de pessoas para fins de exploração laboral e sexual, verifica-se que estes têm aumentando por todo o mundo, e Portugal não é exceção (Projeto POAT, 2009). Na nossa amostra surgiram duas referências a redes de tráfico para fins de exploração laboral. Um participante, Samba, foi angariado no seu país de origem com a promessa de ingressar num clube de futebol. Uma vez em Portugal, este imigrante logo percebeu que o projeto migratório idealizado não correspondia ao que encontrou no país de destino. Um segundo caso patente nos resultados do estudo, o de Mohamed, diz respeito à atuação das mafias laborais que aproveitam a situação de irregularidade para explorarem os imigrantes nessa situação (*“só que muitas vezes trabalhamos com mafias...porque...não sabia quem patrão, não sabia. Trabalhar só com intermediário, intermediário...mas mal pago e também, eu não tem documento, mal pago”*). De acordo com a *United Nation Office on Drugs and Crime* (UNODC), o estatuto de irregular agrava a vulnerabilidade destes imigrantes, nomeadamente mulheres e crianças, que devido ao medo de se encontrarem em situação irregular não contactam as autoridades (Gutchneire, 2007).

Além do trabalho, foi possível perceber que a falta ou o afastamento da rede social de suporte e a falta de conhecimento do funcionamento administrativo e jurídico do país acolhedor constituíram fatores de vulnerabilidade para os migrantes entrevistados, o que corrobora, uma vez mais, a literatura neste domínio (cf. Ríos, 2008). A língua é um aspeto mencionado por cinco cidadãos no que respeita às dificuldades encontradas por estes cidadãos no país de acolhimento. O fator linguístico é habitualmente reconhecido como tendo uma grande importância para o processo de adaptação pois é considerado facilitador do ajustamento e acolhimento do migrante na cultura (Neto, 1997; Ríos, 2008).

Outro aspeto importante emergente dos dados das entrevistas foi a experiência da discriminação. Fator de vulnerabilidade para cinco participantes, este aspeto reforça a importância da sociedade acolhedora na adaptação e ajustamento do indivíduo como refere Berry (2001) em que o sucesso da aceitação dentro da nova comunidade depende da aceitação da própria comunidade.

Pereira, Vala e Costa-Lopes (2010), demonstraram nos seus estudos que a relação entre preconceito e oposição à imigração na Europa é mediada pela perceção de uma ameaça “material”, (e.g., desemprego). Surgiram referências à crise económica por parte de quatro participantes, por exemplo, um deles relata que a discriminação *“começou a acontecer mais vezes por causa da crise porque portugueses começaram a perder trabalho...pronto e ...patrões começou meter gente estrangeiros para pagar menos...sem contratos, sem essas coisas, por isso, começou a piorar”* (Igor) e acrescenta *“...claro, eu percebo-os, não tenho nada, não...não estou julgar porque...na minha pais capaz acontecer a mesma coisa”* e na verdade, o contexto socioeconómico português, está atualmente severamente atingido pela crise com elevadas taxas de desemprego jovem e novo aumento da emigração.

Apesar da existência de fatores de vulnerabilidade, encontramos também nos discursos dos

participantes dimensões que se poderão assumir como fatores protetores. Uma destas dimensões prende-se com a resistência psicológica evidenciada por alguns dos participantes em situações adversas (e.g. indiferença face a atitudes provocatórias e/ou discriminatórias). Esta resistência psicológica (geralmente denominada de resiliência) é referida na literatura como sendo um dos fatores de ordem individual fulcrais à adaptação da população migrante à sociedade de acolhimento (Bhugra, 2004). Outro aspeto referido pelos entrevistados diz respeito ao suporte social, nomeadamente da família e dos amigos, tanto para a adaptação ao país de acolhimento (e.g., Lúcia “*tava cá uma colega que já estava cá há anos, vim...me ajudou, me arrumou trabalho*”), como para minimizar impactos negativos ocorridos durante o percurso migratório (e.g., a entrada na prisão, no caso do Orlando). Este suporte social é particularmente importante na fase da chegada ao país de acolhimento, devido ao choque cultural que tende a existir nesse momento, tornando o indivíduo mais propício a vulnerabilidades (Bhugra, 2004).

Quais as significações relativamente à detenção e afastamento do território?

No que se refere às significações em torno da detenção, denotou-se uma ênfase dos participantes na ‘privação de liberdade’ imposta por esta medida. Para cinco dos participantes, este período de detenção só reafirma um *status* de irregularidade no país de acolhimento com impactos na própria identidade, à semelhança daquilo que foi evidenciado pelo estudo de Bosworth (2012). Este mecanismo de controlo serve antes de mais para reforçar os mecanismos de etiquetagem dos imigrantes irregulares, já que o ato de migrar, surge como que equiparado à prática de crimes porque punido de forma semelhante (Zuín, 2010). Vários autores chamam a atenção para o facto de a detenção em nada resolver a condição de irregularidade, levando, pelo contrário, à perpetuação desta situação (Bosworth, 2012; Bosworth, 2011; Boswell, 2007). Tal como fica patente nas narrativas dos entrevistados, as causas que levam à migração relacionam-se com dificuldades estruturais nos países de origem, e as causas que levam às situações de irregularidade prendem-se, na maioria dos casos, com a perpetuação dessas dificuldades nos países de acolhimento.

É de referir um último aspeto importante relativamente às significações da detenção. O último relatório anual do Serviço Jesuíta ao Refugiados, refere a presença de um número cada vez mais crescente de casos de indigência e destituição familiar de cidadãos que passaram pelo CIT em 2013 (JRS, 2013). A este propósito, uma participante, Tânia, declarou que o centro de instalação temporário representava, no seu ponto de vista um espaço destinado a pessoas “*que acabam por estar aqui porque não têm família, não têm laços com ninguém lá fora*” associando a detenção de imigrantes irregulares à exclusão social. Este aspeto da exclusão social associado à detenção, é salientado por Wacquant (2009) quando se refere à tendencial substituição de um estado social por um estado que

recorre ao confinamento de pessoas-e das quais fazem parte a população imigrante (Bosworth, 2011)- para resolver problemas sociais.

Nos casos em que é decretada uma ordem de afastamento do território, a migração de retorno tem para estes participantes um impacto negativo na sua adaptação ao país de origem. Como referem Bhugra e Jones (2001), em qualquer processo migratório, os aspetos volitivos da migração são fundamentais para uma boa adaptação. Ora cinco dos participantes referem ausência de perspetivas no país de origem, sendo que três dos participantes veem a expulsão como um rompimento com o projeto de vida e dois participantes insistem nos impactos negativos que acarreta uma expulsão devido à ausência de referências no país de origem. Um participante, Valeri, “ilustra” esta realidade uma vez que residia em Portugal há 21 anos, sem laços familiares na Ucrânia e com uma filha nascida e criada em Portugal.

Por fim, é de referir que dos 10 participantes, 4 saíram em liberdade sem terem sido afastados do território português. É de questionar a utilidade da medida uma vez que a detenção destina-se a “auxiliar” o afastamento do imigrante em situação irregular. Um dos participantes a viver há 17 anos em Portugal, Mohamad, foi libertado no fim do prazo estipulado por lei por não ter sido possível estabelecer a sua identidade. Neste caso em específico, a pessoa volta a estar entregue a si mesma, à margem da sociedade por não lhe ser fornecido documentação.

Após esta reflexão a partir dos resultados obtidos, surgiram outras relativamente ao processo de construção do estudo, nomeadamente a aspetos relacionados com limitações encontradas. Apesar de estarmos em presença de um universo muito reduzido de pessoas, proporcional à realidade portuguesa, uma das limitações é devido ao tamanho da amostra. Não foi possível chegar à saturação teórica com 10 entrevistas, nem dar conta de todas as situações que passam pelo Centro de Instalação Temporário em Portugal. Além disso, as limitações linguísticas e por vezes culturais não permitiram selecionar um maior número de indivíduos.

Como sugestões para futuras investigações, parece-nos pertinente focar a integração dado que ao longo desta investigação constatamos que alguns entrevistados residiam em Portugal há vários anos, alguns com filhos já nascidos neste país. A situação de irregularidade destes imigrantes a viver em Portugal, com uma família “construída” neste país suscitou-nos algum espanto.

Por outro lado, a significação atribuída à expulsão foi particularmente negativa nestes participantes (e.g., Valeri; Bacar ou Yaroslav). Assim, um estudo longitudinal permitiria não só continuar a dar voz a estes imigrantes ao conhecer a sua adaptação no regresso ao país como permitiria estabelecer planos em termos de intervenção psicológica para preparar o seu retorno.

Para concluir este estudo, parece-nos referir antes de mais que a questão das migrações é controversa no quadro oficial de políticas de segurança e paz internacional onde, em princípio, se

deveria ter em conta os direitos humanos dos migrantes para a manutenção da Paz e da Segurança (Guchteneire, 2007). Para o futuro é de esperar, por um lado, uma clara diferença entre as políticas de segurança (entenda-se de combate ao terrorismo) e políticas de migração baseadas no direito à livre circulação (Hanning, 2007).

Boswell (2007) refere-se ao controlo social, como um controlo ao serviço de um controlo mais amplo, mas enquadrado numa política de “securização” pós 11 de Setembro, que encontra na imigração irregular um pretexto para legitimar um controlo social mais abrangente. Barbosa, Machado, Matos, Barbeiro (2012) referem-se a Cohen (1985), para pôr em evidência métodos de controlo social ditos de *hard* ou *soft* controlo, caracterizado pela ampliação da vigilância pública com consequência nas liberdades individuais. Neste âmbito, a gestão da mobilidade é um aspeto deste controlo *soft* e do qual os imigrantes não escapam.

Por outro lado, é de questionar com tantos entraves ao fenómeno migratório qual é, afinal, o lugar do imigrante na sociedade acolhedora. Parece que o próximo desafio reside entre uma política que facilita e uma política que restringe, no entanto seria mais útil uma maior coerência política articulada com as questões de desenvolvimento, de economia, de mercado de trabalho, de ambiente, de segurança e combate ao terrorismo (Guchteneire, 2007). Sobretudo a partir do 11 de Setembro 2001, as questões de segurança são uma prioridade, pondo em causa a liberdade de circulação ao impor restrições apertadas. Como consequência, a ausência de mecanismos legais para imigrar é propício ao tráfico de mão-de-obra barata (Goracci, 2007) e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, em que mulheres e crianças são as principais vítimas (UNODC, 2012).

Como lembra Gorraci (2007), os imigrantes levam um caminho difícil para chegar ao destino e o facto de serem expulsos no espaço de horas, sem explicação nem contraditório não parece dignificante à luz do que são os Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar P., Vala J., Correia, I. & Pereira, C. (2008). Justice in our world and in that of Others: Belief in a Just World and Reactions to Victims. *Soc Just Res.*
- Australian Psychological Society (APS) (2012). *Submission to the Expert Panel on Asylum Seekers* [em linha] disponível em <http://www.psychology.org.au/Assets/Files/2012-APS-Submission-to-the-Expert-Panel-on-Asylum-Seekers-July.pdf> .
- Achotegui, J. (2000). Los duelos de la migración. *Jano. Psiquiatría y humanidades*, 2, 15-19.
- Achotegui, J. (2005). *Emigrar en el siglo XXI: El Síndrome del Inmigrante con estrés crónico, múltiple y extremo (Síndrome de Ulisses). Revista Mugak*, 32. [em linha]. Disponível em: <http://mugak.eu/revista-mugak/no-32/emigrar-en-el-siglo-xxi-el-sindrome-del-inmigrante-con-estres-cronico-multiple-y-extremo-sindrome-de-ulises>. [consultado em 15/04/2014]
- Almeida, L. & Fernandes, M. (2001). *Métodos e técnicas de avaliação. Contributos para a prática e investigação psicológicas*. Universidade do Minho.
- Baganha, I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 29-44.
- Bandura, A. (1999). Moral Disengagement in the Perpretation of Inhumanities. *Personality and Social Review*, 3 (3), 193-209.
- Barbosa, M., Machado, C., Matos, R. & Barbeiro, A. (2012). Discursos sociais sobre a violência de Estado: Um estudo qualitativo. *Análise Psicológica*, 1 (30), 215-230.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo: Metodologia de Investigação em psicologia*. Lisboa: Edições 70.

- Becker, H. S. (1991/1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.
- Berry, (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Issues*, 57 (3), 615-631.
- Berry, J. (1997). Immigration, Acculturation, and Adaptation. *International Association of Applied Psychology*, 46 (1), 5-68.
- Bhugra, D. (2004). Migration and mental health. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 109, 243-258.
- Bhugra, D. & Jones, P. (2001). Migration and mental illness. *Advances in Psychiatric Treatment*, 7, 216-223.
- Boswell, C. (2007). Migration Control in Europe After 9/11: Explaining the Absence of Securitization. *JCMS* 45 (3), pp. 589–610.
- Bosworth, M. (2011). Deportation, detention and foreign-national prisoners in England and Wales. *Citizen Studies*, 15 (5), 583-595.
- Bosworth, M. (2012). Subjectivity and identity in detention: Punishment and society in a global. *Theoretical Criminology*, 16 (7), 123-140.
- Bosworth, M. & Kaufman, E. (2011). Foreigners in a Carceral Age: Immigration and Imprisonment in the United States. *Stanford Law and Policy Review*. [em linha]. <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?collection=journals&handle=hein.journals/stanlp22&div=21&id=&page=>
- Coutinho, C. P. (2008). A qualidade da investigação educativa e natureza qualitativa. Questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*, 12 (1), 5-15.
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Casa das Letras.

- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2005). *The sage Handbook of Qualitative Research* (3 Ed.). United States of America: Sage Publications.
- Devas: Project on Detention of Vulnerable Asylum Seekers in the EU (2009) - [em linha]. Disponível em <http://helsinki.hu/en/devas-project-on-the-detention-of-vulnerable-asylum-seekers-in-the-eu-2009-2010>.
- DiCicco-Bloom, B. & Crabtree, B. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40, 314-321.
- Düvell, F. (2011). Irregular Immigration, Economics and Politics. *Centre on Migration, Policy and Society: University of Oxford* [em linha]. Disponível em: https://www.compas.ox.ac.uk/fileadmin/files/People/staff_publications/Duvell/1210202.pdf [consultado em 2014/06/02].
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo in J. Lima & J. Pacheco (orgs)- *Fazer Investigação- Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto Editora.
- Faria, J. (2007). *O papel das migrações internacionais na economia global* in Imigração: oportunidade ou Ameaça?- Actas da conferência internacional de 2007. Edição Principia.
- Fernandes, E. & Maia, A. (2001). Grounded Theory in Fernandes, E. & Almeida, L. (Eds). *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação em psicologia*, 49-76. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho.
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Lusociência Edições.
- Grant, S. (2011). Immigration Detention: Some Issues of Inequality. *The Equal Rights Review*, 7, 69-82.
- Goffmann, E. (2007/1961). *Manicómios, Prisões, e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectivas.

- Goracci, M. (2007) Fluxos migratórios: a perspectiva de uma organização internacional- in *Imigração: oportunidade ou Ameaça?- Actas da conferência internacional de 2007*. Edição Principia.
- Griswold, D. (2009). Higher Immigration, Lower Crime. *Commentary Magazine*.
- Guchteneire, P. (2007). As migrações internacionais ao nível das nações unidas; contrabalançar a governação global e os direitos humanos in *Imigração: oportunidade ou Ameaça?- Actas da conferência internacional de 2007*. Edição Principia.
- Guia, M.J. (2012). Imigração, Crime e Crimigração: alteridades e paradoxos in *Social Control & Justice. Crimmigration in the age of fear*.
- Grinberg, L. & Grinberg, R. (1990). *Psiconalisi dell' emigrazione e dell' esilio*. Milano: Fanco Angeli.
- Hanning, J. (2007). Fluxos migratórios: uma perspectiva do conselho da Europa in *Imigração: oportunidade ou ameaça? Actas da conferência internacional de 2007*. Edição Principia.
- Inter-American Human Rights Court [IAHRC] (2013). The Psychosocial Impact of Detention and Deportation on U.S. Migrant Children and Families. *Inter-American Human Rights Court*. [em linha]. <http://www.bc.edu/content/dam/files/centers/humanrights/doc/IACHR%20Report%20on%20Psychosocial%20Impact%20of%20Detention%20%20Deportation-FINAL%208-16-13.pdf>
- Khosravi, S. (2009). Sweden: detention and deportation of asylum seekers. *Race & Class*, 50, 38-56
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P. & António, J. (2006). Os Imigrantes e a População Portuguesa- Imagens reciprocas- Análise de duas sondagens. *Centro de estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa- Centro de estudos e Sondagens de Opinião*.
- Lechner, E. (2007). Imigração e saúde mental in Dias, S. (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, 1, 79-101. Lisboa: ACIDI.

- Leite, R. (2010). Os paradoxos do tratamento da imigração ilegal na União Europeia frente à diretiva de Retorno. *Revista Espaço Acadêmico*, 108, 61-70.
- Lima, J. & Pacheco, J. (2006). *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de teses*. Porto Editora.
- Lima-Nunes, A., Pereira, C. & Correia, I. (2013). Restricting the scope of justice to justify discrimination: The role played by justice perceptions in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 43 (7), 627-636.
- Lynch, M. (2011). Theorizing Punishment: reflections on Wacquant's Punishing the Poor. *Critical Sociology*, 37 (2), 237-244.
- Marandola, E. & Dal Gallo, P. M. (2010). *Revista brasileira de estudos de População*., 27 (2), 407-424.
- Matos, R., Barbosa, M., Salgueiro, G. & Machado, C. (2013). Cidadãos Estrangeiros em Portugal: Migrações, Crime e Reclusão. *Psicologia*, 27 (19), 33-45.
- Mendes, M. (2010). *Representações e estereótipos face à maioria in Imigração Ucrâniana em Portugal e no Sul da Europa* (org. Baganha, Marques e Góis). ACIDI. I.P. [em linha]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf [consultado em 2014/06/02].
- Miskolci, R. (2005). Do Desvio às Diferenças. *Teoria & pesquisa*, 47, 9-41.
- Murray, K. E. & Marx, D. M. (2013). Attitudes Toward Unauthorized Immigrants, Authorized Immigrants, and Refugees. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 19, 3, 332-341.
- Neto, F. (1997). Estudos de psicologia Intercultural-Nós e Outros. Fundação Calouste Gulbenkian. *Porto: Junta nacional de Investigação Científica tecnologia*.

- Patarra, N. L. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estud. av.*, 20 (57), 7-24.
- Pereira, C. & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind_Português*, 1, 2/3, 1-13.
- Pereira C., Vala J. & Costa-Lopes, R. (2010). From prejudice to discrimination: The legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1231–1250.
- Pereira, C., Vala, J. & Leyens, J. P. (2009). From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology* 45, 336-344.
- Phillips J. & Spinks, H. (2013). Immigration detention in Australia. Parliamentary Library.
- (A) Protecção dos Direitos Humanos e Vítimas de Tráfico de Pessoas [POAT] (2009). Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. [em linha]. Disponível em <http://www.poaftse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/PROJETO%20POAT%20%E2%80%93%20Estudo.pdf>
- Ritchie, J. (2003). The applications of Qualitative Methods to Social Research in J. Ritchie & J. Lewis (Eds)-*Qualitative Research Practice* (24-46). London: Sage.
- Rincon, J. M., Sorensen, N. N. & Turner, S. (2006). European Attitudes and policies towards the migration/development issue. *Danish Institute for International Studies (DIIS)*.
- Ríos, P. D. (2008). Migration and psychopathology. *Anuario de Psicología Clínica y de la salud*, 4, 15-25.

- Robjant, K., Hassari, R. & Katona, C. (2009). Mental Health implications of detaining asylum seekers: systematic review. *The British Journal of Psychiatry*, 194, 306-312.
- Santos, A. B. (2013). As principais motivações para a migração internacional – o caso de Marrocos para Espanha. *Leviathan – Caderno de Pesquisa Política*, 6, 92-113.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. London: Sage Publication.
- Triandafyllidou, A. & Ambrosini, M. (2011). Irregular Immigration Control in Italy and Greece: Strong Fencing and Weak Gate-keeping serving the Labour Market. *European Journal of Migration and Law* 13, 251–273.
- Valdez, C. R., Valentine, L. J. & Padilla, B. (2013). “Why We Stay”: Immigrants’ Motivations for Remaining in Communities Impacted by Anti-Immigration Policy. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*. *American Psychological Association*, 19 (3), 279–287.
- Vasconcelos, T. (2006). Etnografia: Investigar a experiencia. In Lima, J. A. & Pacheco, J. A. *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de teses*. Porto Editora.
- Wacquant, L. (2009). *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*.
- Wermuth, M. A. D. (2011). Direito penal (do autor) e imigração irregular na União Europeia: do “descaso” ao “excesso” punitivo em um ambiente de mixofobia. *Revista de Direito Internacional*, 8 (2), pp 167-204.
- Young, J. (2007). *The Vertigo of Late Modernity*. London: sage publications. [em linha] consultado em 08/04/2013 em <http://books.google.pt>. [consultado em 08/04/2013].
- Zuín, J.C.S. (2010). As contradições da globalização: os centros de confinamento para os imigrantes ilegais na Itália. *Mediações, Londrina*, 15 (2), 61-77.

Dados estatísticos e legislação

Decreto- Lei 44/2006, de 24 fevereiro. *Diário da República, 1ª série, n.º 40 de 24 de fevereiro.*

Diretiva 2008/115/CE Do Parlamento Europeu e Do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008. *Jornal Oficial da União Europeia* de 24.12.2008. [em linha]. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:348:0098:0098:PT:PDF> [consultado em 25/05/2013].

Lei 23/2007, de 4 de julho. *Diário da República, 1.a série, n.º 127 de 4 de Julho de 2007*

Lei 27/2008, de 30 de junho. *Diário da República, 1.a série, n.º 124 de 30 de Junho de 2008*

Lei 29/2012, de 09 de agosto de 2012. *Diário da República, 1.ª série, n.º 154 de 9 de Agosto de 2012.*

Lei 26/2014, de 5 de maio. *Diário da República, 1.ª série, n.º 85 de 5 de Maio de 2014.*

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). *Internacional migration Policies and Data*. [em linha] disponível em: <http://www.oecd.org/eco/outlook/2086160.pdf> [consultado em 10/06/2013].

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras-SEF (2013). *Relatório de imigração Fronteiras e Asilo 2013*. [em linha]. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf . [consultado em 27/06/2014].

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras-SEF (2012). *Relatório de imigração Fronteiras e Asilo 2012*. [em linha]. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf. [consultado em 07/11/2013].

Serviço Jesuíta ao Refugiados [JRS] (2009). *Direitos Humanos e Destituição*. Actas do Seminário de 23 de Julho de 2009. Paulinas Editora.

Serviço Jesuíta ao Refugiados (JRS). (2013). *Relatório de atividades 2013*.

United Nations Office on Drugs and Crime. [UNODC] (2012). *Global Report on Trafficking in Persons* [em linha] e disponível em http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf

ANEXOS

Guião de entrevista, adaptado do guião de entrevista de Matos (2013).

Projeto: Género, Identidade e Controlo das Migrações

1. Apresentação

Tópicos	Instruções/ exemplos de questões
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os objetivos da realização da entrevista • Assegurar confidencialidade e uso exclusivo da informação para fins científicos / pedir assinatura do consentimento informado 	<p><i>Na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, estamos a desenvolver um estudo sobre Género e Migrações com o objetivo de compreender os percursos migratórios, a experiência de permanência em regime fechado e a perspetivação de futuro, de cidadãs não nacionais que se encontram em Centro de Instalação Temporário em Portugal.</i></p> <p><i>A sua participação, através da realização de uma entrevista, é fundamental para a concretização dos objetivos referidos. Para tal, é necessário que dê o seu consentimento, assinando um documento para esse efeito.</i></p>

I. História de vida

Pedir história de vida até ao momento atual, destacando o que considerar fundamental / mais significativo na sua trajetória.

Tópicos a explorar, caso não sejam mencionados	Instruções/ exemplos de questões
<ul style="list-style-type: none"> • Contexto familiar e microssocial • Contexto macrossocial • Percorso escolar e laboral • Comportamentos desviantes 	<p>Explorar a estrutura e as dinâmicas do agregado <i>Com quem vivia? Como era a relação com os familiares? Como era o bairro em que vivia / a vizinhança?</i></p> <p>Explorar a dimensão cultural <i>Como era o contexto social no país de origem? Como vivia o país de origem?</i></p> <p>Explorar o percurso escolar: <i>Até que ano estudou?</i></p> <p>Explorar as ocupações do sujeito bem como aspetos relativos ao trabalho – motivações e interrupções. <i>Que ocupações é que tinha antes de estar em CIT? Trabalhava? Em quê? Porque foi trabalhar? Porque deixou de trabalhar?</i></p> <p>Explorar eventuais comportamentos desviantes, como consumos de drogas, comportamentos delinquentes ou criminais.</p>

III. Contacto com sistemas de controlo da imigração

Tópicos	Instruções/ exemplos de questões
<ul style="list-style-type: none"> • Explorar o processo de controlo • A permanência em Centro de Instalação Temporária • O afastamento / A obrigatoriedade de sair do país 	<p><i>Como foi o processo de controlo? Teve autorização de permanência? Que contactos foram estabelecidos com entidades de controlo? Contactos com outras entidades? Que mecanismos utilizou / a que entidades recorreu para evitar a saída do país?</i></p> <p><i>Passou por este processo em outros países? Explorar diferenças e semelhanças.</i></p> <p><i>Há quanto tempo se encontra em CIT? Esteve anteriormente em CIT, em Portugal ou noutro país?</i></p> <p><i>Como tem sido esta permanência? (explorar de forma breve como tem sido a rotina / como avalia as condições)</i></p> <p><i>O que significa permanecer em regime fechado atendendo ao seu projeto de vida / ao que a trouxe a Portugal?</i></p> <p><i>Como vivencia a espera do afastamento / da obrigatoriedade de sair do país?</i></p> <p><i>O que significa ser afastado(a) atendendo ao seu projeto de vida / ao que a trouxe a Portugal?</i></p>

IV. Argumento para o futuro (adaptado de McAdams, Bowman, Lewis, Hart, & Cole, 1999)

Tópico	Instruções/ exemplos de questões
<ul style="list-style-type: none"> • Perspetivação de futuro 	<p><i>Como antecipa o seu futuro (depois do afastamento / da obrigatoriedade de sair do país)?</i></p> <p>Explorar objetivos em termos de locais de permanência e ocupações.</p>

V. Avaliação do processo

Tópicos	Instruções/ exemplos de questões
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do processo de entrevista • Agradecer 	<p>Convidar o sujeito a colocar-se perante o procedimento de um ponto de vista avaliativo.</p> <p>Perguntar o que achou da entrevista.</p>

Cidadãos estrangeiros detidos em Centro de Instalação temporário

Categorias	Definição
1.MOTIVO DA MIGRAÇÃO (SAÍDA)	Todas as unidades de registos referentes aos motivos, motivações ou razões que levaram os cidadãos de nacionalidade estrangeira a sair do país.
1.1.Migração para estudar	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de estudar
1.2.Migração de trabalho	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de trabalhar
1.2.1.Melhorar condições de vida	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de trabalhar para melhorar as condições de vida
1.2.2.Construção de carreira	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de trabalhar para construir uma carreira profissional
1.3. Migração para conhecer outros países	Todas as unidades de registos referentes a uma migração por desejo/sonho de conhecer outros países
1.4. Migrações por motivos políticos	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de fugir das perseguições políticas
1.4.1.Migração por motivos políticos	Todas as unidades de registos referentes a uma migração com o objetivo de fugir das perseguições políticas
1.4.2 Recusa de asilo noutra país	Todas as unidades de registos referentes a uma migração por falta de deferimento do estatuto de asilo (político) num Estado membro da EU
2.PERCURSOS DE (IR) REGULARIDADE	Todas as unidades de registos referente aos Percursos desde a saída do país de origem até à detenção
2.1.Situação à chegada	Todas as unidades de registos referentes a forma de chegar ao país de acolhimento (como saiu, que método utilizou.)
2.1.1.Regular à chegada	Todas as unidades de registos referente a uma chegada regular ao país de acolhimento, com documentos em dia.
2.1.1.1.Com a mãe, na infância	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal, na infância, ao acompanhar um progenitor com o objetivo de estabelecer vida no país de acolhimento com o outro progenitor de nacionalidade portuguesa e a viver em território nacional.
2.1.1.2. Visto de estudo	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal com visto para estudar
2.1.1.3.Visto de residência	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal com visto de residência

2.1.1.4.Visto de negócio	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal com visto de negócio
2.1.1.5.Visto de turismo	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal com visto de turismo
2.1.2. Irregular à chegada	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada irregular ao país de acolhimento, sem documentos em dia ou sem documentos.
2.1.2.1.Passaporte sem visto	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada em Portugal com o passaporte mas sem o visto e não detetado no controlo aeroporto
2.1.2.2.Com documentos falsos	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada no país de acolhimento (Portugal ou outros) com recurso a documentos falsos
2.1.2.3.Clandestino	Todas as unidades de registos com referências a uma chegada ou entrada no país de acolhimento sem qualquer tipo de documentos (indocumentados)
2.2.Explicação de irregularidade pelo próprio	Todas as unidades de registos com referências às razões, segundo o próprio, pelas quais se encontra irregular no país de acolhimento
2.2.1.Falta de conhecimento	Todas as unidades de registos com referências à falta de conhecimento sobre a forma e os procedimentos para tratar da regularização ou não ter compreendido a sua situação junto do SEF
2.2.2.Negligência	Todas as unidades de registos com referências à negligência, atitude de “deixa-andar” e falta de importância ao facto de estar irregular
2.2.3.Drogas/consumos	Todas as unidades de registos com referências à uma trajetória de consumos: a principal preocupação era em torno dos seus consumos e não da regularização
2.2.4.Estar preso	Todas as unidades de registos com referências ao facto de estar preso e não ser possível renovar os documentos nesta situação
2.2.5.Falta de trabalho legal	Todas as unidades de registos com referências ao facto de não ter ou não encontrar trabalho com contrato
2.2.6.Violência conjugal	Todas as unidades de registos com referências ao facto de ter sido vítima de controlo emocional e físico pelo seu companheiro
2.2.7.Recusa Pedido de asilo	Todas as unidades de registos com referências ao facto de ter sido recusado o seu pedido de asilo no país de acolhimento
3. FIGURAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO	Todas as unidades de registos com referências a figuras, segundo o próprio, que participaram no processo migratório, desde a saída à detenção e que têm um papel importante na trajetória
3.1.Amigos/amizades	Todas as unidades de registos com referências aos amigos ou ao círculo de amizades
3.2.Empresas/empresários	Todas as unidades de registos com referências a empresas de contratação laboral ou empresários
3.3.Redes de tráfico	Todas as unidades de registos com referências a redes de tráfico de exploração laboral ou de falsificação de documentos
3.4.Família	Todas as unidades de registos com referências a familiares (em linha direta, colateral, incluindo

	conjugues)
3.5.Instituições de Apoio	Todas as unidades de registos com referências a instituições de apoio no país de acolhimento
3.6.Advogado	Todas as unidades de registos de narrativas referentes a advogados, defensores jurídicos no processo de afastamento do território ou em processo judicial
4. PERCURSOS DE VULNERABILIDADE NO PAÍS DE ACOLHIMENTO	Todas as unidades de registos com referências a situações de vulnerabilidade durante a trajetória migratória até a detenção que pela narrativa têm um significado importante para a pessoa
4.1.Percurso Laboral	Todas as unidades de registos com referências ao percurso laboral
4.1.1.Atividade	Todas as unidades de registos com referências à atividade laboral exercida durante o percurso migratório: da chegada ao país de acolhimento até à detenção em Portugal
4.1.1.1.Industria	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a atividade laboral exercida no ramo da indústria
4.1.1.2.Construção civil	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a atividade laboral exercida na construção civil
4.1.1.3.Restauração	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências à atividade laboral exercida no ramo da restauração (restaurantes, cafés)
4.1.1.4.Trabalho sexual	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências ao trabalho sexual
4.1.2.Precariedade laboral	Todas as unidades de registos com narrativas e referências a situações de precariedade ou vulnerabilidade durante o percurso laboral no país de acolhimento
4.1.2.1.Sem contrato	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de trabalho sem contrato, “ao negro”
4.1.2.2.Trabalho Temporário/sazonal	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de trabalho temporário, sazonal
4.1.2.3.Acidentes de trabalho	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de acidentes de trabalho no decurso da atividade laboral
4.2.Família	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade relacionadas com a família, a conjugalidade.
4.2.1.Violência conjugal	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à violência conjugal
4.2.2. Perdas e separações	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido a separações com conjugues, perdas e lutos familiares.
4.3.Desvio, crime e sistema penal	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade relacionadas com crimes e desvios ou contacto com o sistema penal

4.3.1.Consumos	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido aos consumos de substâncias (drogas e álcool)
4.3.2.Crimes	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido ao contacto com crimes de várias naturezas
3.3.3.Jogo	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido ao jogo (casino)
3.3.4.Prostituição	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido ao trabalho sexual
4.4.Crise económica	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido, segundo o próprio, à crise económica no país
4.5.Dificuldade com a língua	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido ao não domínio da língua
4.6.Constrangimentos legais da regularização	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à legislação em matéria de regularização
4.7.Discriminação	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação
4.7.1.Pelo cidadão	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação pelo cidadão do país de acolhimento
4.7.1.1.Quanto à raça	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação, pelo cidadão do país de acolhimento, quanto à raça
4.7.1.2.Quanto à nacionalidade	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação, pelo cidadão do país de acolhimento, quanto à nacionalidade
4.7.2.Pela polícia	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação, pela polícia do país de acolhimento, devido à nacionalidade
4.7.3.Pelo sistema judicial	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências a situações de vulnerabilidade devido à discriminação, pela justiça do país de acolhimento, devido à nacionalidade
5. ASPETOS FACILITADORES DE INTEGRAÇÃO NO PAÍS DE ACOLHIMENTO	Todas as unidades de registos com referências ou narrativas aos aspetos facilitadores da sua integração no país de acolhimento
5.1.Escola	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências ao meio escolar como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.2.Família	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências à presença de familiares (em linha direta ou colateral) como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento

5.3.Amigos	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências à construção de laços de amizade como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.4.Características dos portugueses	Todas as unidades de registos com narrativas ou referências às características dos portugueses como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.5.Trabalho	Todas as unidades de registos que se referem ao trabalho (ter trabalho, ganhar a sua vida pelo trabalho, gostar do trabalho, integração no trabalho) como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.6.Sistema de saúde	Todas as unidades de registos referentes ao sistema de saúde como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.7.Características pessoais	Todas as unidades de registos referentes às características pessoais do próprio ou de outros como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.7.1.Competências sociais	Todas as unidades de registos que se referem às competências sociais como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
5.7.2.Resiliência	Todas as unidades de registos referentes à capacidade de resiliência face a discriminação como agente facilitador da sua integração no país de acolhimento
6. SIGNIFICAÇÕES DA MIGRAÇÃO	Todas as unidades de registos referentes aos significados que o próprio atribui ao seu percurso migratório, à detenção e afastamento do território
6.1.Significações do percurso Migração	Todas as unidades de registos referentes aos significados que o próprio atribui ao seu percurso migratório
6.1.1.Projeto falhado	Todas as unidades de registos referentes ao projeto migratório como um projeto falhado
6.1.2.Ilusão	Todas as unidades de registo referentes ao projeto migratório como uma ilusão
6.1.3. Boa experiência	Todas as unidades de registos com referências ao arrependimento face ao projeto migratório
6.2.Significações da Detenção	Todas as unidades de registos com referências aos significados que o próprio atribui ao facto de estar detido em CIT
6.2.1.Privação de liberdade	Todas as unidades de registos que se referem à privação de liberdade em CIT
6.2.2. Associação ao crime/criminoso	Todas as unidades de registos com referências às representações da detenção associada ao crime e à figura do criminoso
6.2.3.Associação ao <i>status</i> de “ilegal”	Todas as unidades de registos com referências às representações da detenção associada ao <i>status</i> de irregular
6.3.4.Espaço de exclusão	Todas as unidades de registos que se referem às

	representações do CIT como espaço de exclusão social
6.3.5.Injustiça/revolta	Todas as unidades de registos que se referem ao sentimento de injustiça ou revolta por estar em CIT
6.3.6.Punição/castigo	Todas as unidades de registos que se referem às associações da detenção a um castigo ou punição por não estar regular ou não ter regularizado a sua situação
6.3.7.Uma passagem	Todas as unidades de registos que se referem ao período de detenção como uma passagem
6.3.8.Perda de tempo/inutilidade	Todas as unidades de registos que se referem ao período de detenção como uma perda de tempo ou um tempo inútil para a pessoa
6.3.9. Separação familiar	Todas as unidades de registos que se referem ao período de detenção como um tempo de separação familiar
6.3. Significações da expulsão	Todas as unidades de registos referentes ao significado atribuído à medida de afastamento ou expulsão do território nacional ou do país de acolhimento
6.3.1.Falta de perspetivas/ Rompimento com projeto de vida	Todas as unidades de registos que se referem à expulsão como uma interrupção no projeto de vida do entrevistado
6.3.2.Falta de identificação com país de origem	Todas as unidades de registos que se referem à falta de identificação ao país de origem pelo entrevistado
6.3.3.Ausência de referências no país de origem	Todas as unidades de registos que se referem à falta de referências relativamente ao país de origem
6.3.4.Punição	Todas as unidades de registos que se referem à expulsão como uma punição.
6.3.5.reatar laços familiares	Todas as unidades de registos que se referem à expulsão como um reaproximar de laços familiares no país de origem
7. PERSPECTIVAS FUTURAS	Todas as unidades de registos com referências, aos projetos futuros
7.1.Ausencia de perspetiva	Todas as unidades de registos referente a ausência de perspetivas
7.2.Onde	Todas as unidades de registos que se referem ao local em que se situam as perspetivas futuras
7.2.1.Portugal	Todas as unidades de registos que se referem a Portugal como local em que se situam as perspetivas futuras
7.2.2.País de Origem	Todas as unidades de registos que se referem ao país de origem como local em que se situam as perspetivas futuras
7.3. O plano	Todas as unidades de registos que se referem ao projeto futuro; aos planos e ao que tenciona fazer.
7.3.1.Sair do percurso desviante	Todas as unidades de registos que se referem ao projeto futuro de sair das drogas e trajetórias de crime

7.3.2. Família (juntar, construir e dedicar-se)	Todas as unidades de registros que se referem à família (construção e dedicação) incluída no projeto futuro
7.3.3. Estudar	Todas as unidades de registros que se referem aos estudos como projeto de estudo
7.3.4. Trabalhar	Todas as unidades de registros com narrativas ou referências da(o) entrevistada(o) ao trabalho como projeto futuro

Categorização e Excertos

Categorias	Excertos	N.º Veze
1.MOTIVOS DA MIGRAÇÃO		
1.1.Migração para estudar	<p>Orlando “Lá estava a estudar escola normal, estava em 10º ano e depois candidatei pr’ aquele de curso medio, que dá para dupla certificação, então consegui, vim pr’a cá, vim pr’á cá para estudar.”</p> <p>Tânia “Entre em Portugal com 10 anos, vim com toda a minha família, a minha família vive aqui, estudei, pronto...”</p>	(2/10)
1.2.Migração de trabalho		(6/10)
1.2.1.Melhorar condições de vida	<p>Igor “aquele vida de não ter trabalho certo...ainda não fui ...como dizer...estabilizar vida...não está direito, certo...por isso cheguei aqui”</p> <p>Mohamed “com estudos, com licenciados e isso, não há trabalho, se há trabalho, também nada (...), então, já não, já não interessa muito para estudos, queria emigração”</p>	(5/10)
1.2.2.Construção de carreira	Samba “En fait, ma passion c’est le football” “L’important pour moi c’est m’installer en Europe, et avoi rune equipe ou je peu xjoue rpuisque moi ma famille a besoin d’aide”	(1/10)
1.3.Migração para conhecer outros países	Lúcia “Tinha 20, 20 anos, 20 e pouco já andar com ideias, vou sair, sair, sair....sair, fui pra polonia, fui Alemanha, pra França...Cheguei tal, pronto, fiquei, fiquei aqui.” “Prontos, de depois quando cheguei cá, decidi trabalhar...tinha trabalho “	(1/10)
1.4.Migração por motivos políticos		
1.4.1. Por motivos políticos	Saimir “As you know about my country we have a lot of problem...Iran...is a country...Iran is a religion to do every the government say, got to accept the religion, you have to accept what they decide for you, what to drink, to dressed, to do everything. 2009, I leave Iran I have the problem...2007, with the police.”	(1/10)
1.4.2.Por motivos políticos- Recusa de asilo noutra país da U.E.	Saimir “After many years I live in Norway they refuse my case...so I decide to leave because I don’t have documents I still Young, that	(1/10)

	situation I don't have any future “	
<u>2.PERCURSOS DE (IR) REGULARIDADE</u>		
2.1.Situação à chegada		
2.1.1.Regular à chegada		(7/10)
2.1.1.1.Com a mãe, na infância	Tânia ”Entre em Portugal com 10 anos, vim com toda a minha família, a minha família vive aqui, estudei, pronto...a ideia mais de vir para Portugal foi o meu pai já aqui vivia”	(1/10)
2.1.1.2. Visto de estudo	Orlando ”na altura, eu tinha residência de estudante porque a escola dava-me papel para renovar documento todos os anos, então quando eu entrei preso eu tava com documento em dia”	(1/10)
2.1.1.3.Visto de residência	Samba ”De 4 mois, 4 mois et demi, je crois. C’était un visa de résidence”	(1/10)
2.1.1.4.Visto de negócio	Yaroslavl ” Eu saí...com visto de negócios, saí com visto de negócios...”	(1/10)
2.1.1.5.Visto de turismo	Valeri ”Cheguei cá legal com visto de turista “ Igor “...era...sair pra entrar aqui era o visto turismo, turista”	(3/10)
2.1.2. Irregular à chegada		(3/10)
2.1.2.1.Passaporte sem visto	Lúcia “Passou tempo...eu fui ao Brasil...Voltei...ficava lá 3 meses, 4 meses, voltava. Sempre sem visto...”; “Conseguia entrar e deixavam entrar...então...olha...assim como eles dizem, você viola, viola...não! Eu mostro meu documento, me deixam entrar...E eu não vou tar lá a perguntar “olha, eu tou aqui ilegal, eu tou entrando, eu posso?” Eu não ia fazer isso”	(1/10)
2.1.2.2.Com documentos falsos	Saimir “Other documents...”; “I got some money I give some traffic men to help me to get documents I went to Greek, Greek , Rome, to Lisbon, Lisbon I came by train to Porto.”	(1/10)

2.1.2.3.Clandestino	Mohamed "Aí cheguei foi...embarquei um barco, de..., de...mercadorias, escondido, cheguei a França, França- Portugal"	(1/10)
2.2.Explicação de irregularidade pelo próprio		
2.2.1.Falta de conhecimento	<p>Tânia "não é que num tive vontade de tratar dos meus papéis, só que eu não tinha...vivi 5 anos presa, não percebia nada, não sabia por onde havia de me mexer, quem, quem podia me ter ajudado na altura era meu pai..." ; "eu estudei aqui, na minha cabeça, ao estudar, automaticamente eu tinha residência em Portugal...né, até aos quinze anos, eu estudei. Tava tranquila, prontos..."</p> <p>Lúcia "Já tinha o meu café, primeiro arrumei todos os documento e tudo pra mim lá me apresentar, né...para ver se eles me, me ajudavam ou se me deixavam ficar ou se me dessem residência, como eu era um comerciante, eu era um...cidadã como qualquer outra pessoa aqui, tava a viver e eles tiraram a cópia de tudo aquilo...com 15 dias...me chegou uma carta que tive que comparecer...até fui toda contente ...(...) quando eu cheguei lá, eles me deram uma carta de expulsão, para 10 dias, mas eles dizem que me explicaram, mas eles não me explicaram..."</p>	(2/10)
2.2.2.Negligência	<p>Valeri "não tinha documentos mas passaporte da união soviética, passaporte de 92...tem 20 dias pra sair de Portugal. Eu não liguei isso."</p> <p>Bacar "a culpa foi minha, não da família, nem do SEF, nem da embaixada. Porque não cheguei mais a tratar....Já estava habituado aqui, pronto."</p> <p>Lúcia "É...depois, eu nunca mais peguei naquela folha, continuei com o meu café"</p>	(3/10)
2.2.3.Drogas/consumos	Mohamed " eu estava fora de mim...Nem tentei, nem tentei...Nem tentei, nem tentei..."	(1/10)
2.2.4.Estar preso	Orlando " mas quando eu entrei preso na...na altura, eu tinha residência de estudante porque a escola dava-me papel para renovar documento todos os anos, então quando eu entrei preso eu tava com documento em dia, só que eu fiquei lá dentro, é logico que...documento passou de validade."	(1/10)
2.2.5.Falta de trabalho legal	Yaroslav "Era título de residência, o último	(4/10)

	<p>título de residência era de 2 anos, depois perdi emprego.”; “Perdi emprego, depois não consegui mais emprego...e pronto”</p> <p>Igor ”Não, não, sem contrato...não vale a pena ir ao SEF para, porque eles não fizeram, até agora é igual...sempre sem passaporte...”</p> <p>Bacar ”Depois quando eu foi renovar o passaporte, aquele momento, não tinha mais contrato, tem que ter contrato para ir lá meter mais. Comecei a trabalhar assim...”</p>	
2.2.6.Violência conjugal	Tânia ”Nunca... depois...juntei-me com o tal rapaz...aí sim, eu sabia, eu tinha que ir ao SEF para saber como andava os meus papéis e tudo ... depois eu não podia sair de casa, não podia fazer nada...”	(1/10)
2.2.7.Recusa pedido de asilo	Saimir “After many years I live in Norway they refuse my case...so I decide to leave because I don’t have documents I still young, that situation I don’t have any future”	(1/10)
3. FIGURAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO		
3.1.Amigos/amizades	<p>Tânia ”2005, tava cá uma colega que já estava cá há anos, vim...me ajudou, me arrumou trabalho, fiquei na casa dela...cheguei em casa dela e me ajudou e eu fiquei na casa dela o tempo que quis. Pronto. Passaram 6, 8 meses, arrumei uma pessoa...que...que...pronto...a gente se apaixonou pelo outro, começou a me ajudar também, muito. Pra mim, essa pessoa foi um anjo que caiu do céu”</p> <p>Saimir ”so I decide to ask some of my friends to help me some money, they help me I got some money“</p> <p>Valeri ”um dia, conheci um rapaz de Guiné Bissau, começamos a falar, ele falava russo, tocava guitarra, começamos falar, não sei quê, não sei quê, não sei quê, eu perguntei - tu de onde de Africa?-, ele disse:-sou da Guiné mas sou de Portugal, da Guiné de Portugal- Ele disse:- eh pá vocês não querem ir para Portugal?- Nós ficamos assim estranho, o que fazer a Portugal? Como, como vamos? Falamos, falamos, falamos-</p>	(3/10)

	Pera aí, trouxe para vocês convite”.	
3.2. Empresas/empresários	<p>Samba "Il s'appelle...Roger Titi, camerounais qui vit au Portugal...c'est un monsieur, il dit qu'il est manageur, moi je ne sais pas si c'est ça vraiment, il travaille avec un monsieur qui est au Cameroun, bon, ce monsieur ,c'est un camerounais aussi, Roger, ça fait près de 15 ans qu'il vit au Portugal."</p> <p>Igor "Foi umas, como se chama...escritórios que mandaram, que ajudaram-me a mandar eu pra qui, para trabalhar Espanha...Itália, França, Portugal...mas..."</p> <p>Lúcia "lá no Brasil, tem uma empresa alemã que há no Brasil também, que se chama ingodex, então tá toda a gente entrando nessa empresa, (...) mas pronto essa der, fazemos uma rede e convidamos pessoa pra entrar e cada pessoa que entra paga 2000 e depois...é por marketing (...);"Porque havia um grupo pra Alemanha, eu falei assim, eu sou igual a S. Tomé, eu quero ver essa empresa de perto...Mexo com ouro..."porque já que eu tava vindo pra cá...tava vindo pela Alemanha"</p>	(3/10)
3.3. Redes de tráfico	<p>Mohamed "...só que muchas vezes trabalhamos com mafias...porque...não sabia quem patrão, não sabia. Trabalhar só com intermediário, intermediário...mas mal pago e também, eu não tem documento, mal pago"</p> <p>Saimir "I got some money I give some traffic men to help me to get (...)that why I'm here..."</p>	(2/10)
3.4. Família	<p>Valeri "E depois chegou cunhado com esposa. E depois foram uma ajuda..."</p> <p>Orlando "depois tive apoio dos meus familiares, graças a Deus, a minha mãe, pagou advogado e tal..."</p> <p>Yaroslav "prontos, depois quando cheguei cá, decidi trabalhar...tinha trabalho quando (...) se vem aqui porque estava com o meu padrasto"</p>	(3/10)

3.5.Instituições de Apoio	<p>Valeri "Temos drogados, temos não sei quê, pensei:-eu não drogado! Deus?, tás maluco!- E eu fui. Eu fui, comecei a ver pessoas diferentes, eles disseram :-eh pá vais pr'o pé de nós, ficas connosco. Comecei a andar na igreja Baptista, comecei, gostei, comecei ler bíblia, ler coisa..."; "Ainda não tenho dinheiro, quando chego para Kiev, até minha cidade são 600 kms, e pagar também não tenho. É problema. Mas aqui o Sr Vitor da igreja, ta a tratar arranjar dinheiro pra mim...ajuda. "</p> <p>Igor "depois, eu, eu, encontrei o sítio tipo, quer arranjar-me refeição...eu fui para o GASP, não sei se você conhece...Pronto, lá tem refeitório, tem esta organização da igreja...Santo António, Barcelos...mas eles ajuda a...eu, eu também andei com motorista deles, GASP mesmo, ajudei para apanhar coisas"</p> <p>Orlando "Mas...acho que tinha...que tinha uma associação que ajudava...os imigrantes a renovar os documentos lá dentro, depois, tentei, tentei dessa forma pra ver se eu conseguia... pr'a ver se eu conseguia renovar essa, dessa forma"</p>	(3/10)
3.6.Advogado	<p>Orlando "O advogado, acho que ele fez um ótimo trabalho e conseguiu abaixar a minha pena e ficou nos 6 anos. Eh pá no início tava mesmo...descontrolei-me...eu disse, "aos 21 ano, condenar, condenar nessa pena de prisão...eu vou sair daqui velho, vou perder a minha juventude toda"...depois, advogado disse que vai fazer qualquer coisa e tal..."</p> <p>Tânia "é uma pessoa que aos poucos me vai dando esperança e vai me dando algum animo para estar aqui dentro... porque é complicado, é horrível"</p>	(3/10)
4. <u>PERCURSO DE VULNERABILIDADE NO PAÍS DE ACOLHIMENTO</u>		
4.1.Percurso Laboral		(9/10)
4.1.1.Atividade		

4.1.1.1.Industria	Igor "Eu comecei a trabalhar fábrica de serração, na madeira. Fábrica estamparia e trabalho mais fácil e menos mal para saúde..."	(1/10)
4.1.1.2.Construção civil	<p>Bacar "na obra. Comecei como servente, depois fiquei como pedreiro." "Não, sempre na construção civil"</p> <p>Igor "Ah, não, primeiro trabalhei...nas obras em Lisboa mesmo...na Alcântara..."</p> <p>Valeri "Trabalho havia muito. Em obras."</p>	(3/10)
4.1.1.3.Restauração	<p>Valeri "Vais trabalhar comigo para restaurante"...fui trabalhar como empregado de mesa"</p> <p>Tânia "trabalhei em cafés, trabalhei em restaurantes"</p> <p>Lúcia " fomos lá ver...do café, gostei do café...e pronto ela já fez o contrato tudo do café...no meu nome"</p>	(4/10)
4.1.1.4.Trabalho sexual	<p>Lúcia "...claro...que andei na noite...Andei na noite, tomei uns copo...me diverti, tava bem, e pronto. Mas foram pouco tempo...né" " , mas foi pouco tempo também, tive anúncio no jornal, eu atendia boas pessoas no apartamento, eram pessoas as vezes escolhida, num...era qualquer pessoa que batia a minha porta, mas também...acabou-se também...isso não foi pra frente"</p> <p>Tânia "entretanto, acabei por cair no mundo da noite, nem tem muito tempo, tem uns oito meses...foi onde fui caça e vim parar aqui (...) num bar, dancing, sim, num stripper...só aos fins-de-semana, mas é noite na mesma"</p>	(2/10)
4.1.2.Precariedade laboral		
4.1.2.1.Sem contrato/ilegal	<p>Valeri "Fui habituado a trabalhar sem contrato"</p> <p>Mohamed "isso foi no final de 96, no final de 95...quando cheguei aqui...acá...acá...havia trabalho em Portugal, havia trabalho...só que muitas vezes trabalhamos com mafias...porque...não sabia quem patrão, não sabia. Trabalhar só com intermediário, intermediário...mas pago e também, eu não</p>	(4/10)

	tem documento, mal pago” Bacar “Sim, com biscates. Esses trabalhos da obra, pequenas casas”	
4.1.2.2.Trabalho Temporário/sazonal	Valeri “Começa 6 da manhã, descarregas, carregas caixas para porto, quem fica ganha mais.”; ”o verão fui entregar as listas telefónicas....só no verão...e tava dizer -eh pá ganhas muito mais de que aqui...-ele explicou...-se queres ir comigo, falas com o meu patrão, vamos lá-....só, pronto não há sempre...até quando há trabalho, não sei, não posso dizer...” Bacar “ la na fruta. Cargas, descargas”“já foi nas vindimas.”	(3/10)
4.1.2.3.Acidente de trabalho	Igor “depois, no agosto, arranjei trabalho nas obras...trabalhei 2 semanas, perdi dedo, naquela altura...(...) foi numa maquina que ...de descarregar paletesdetelha...(...)foi ao hospital...foi pequeno este, aqui, este segunda falange. Andei com este dedo durante 10 dias...depois cortaram lá no hospital (...) porque já segundo dia ele já ficou preto...e não dá pra...tinham que cortar mesmo”...” chegou altura dos... férias daqueles trabalhadores....das obras...e entrei para substituir, logo aconteceu esta... eu não tinha contrato, não pagou seguro...eu não consegui receber...” Yaroslav “Eu tava legal, eu podia pro preso , podia ganhar dinheiro mas tinha muitos amigos ilegais, eu parti uma perna e andei 6 meses com gesso, eu podia ficar, sujeito de ficar invalido, ele ameaçou-me que ia a policia que ia entregar os meus amigos seu entregava a ele que me fiz isso (...)Com contrato e tava legal e tudo...eu parti o perna e tive que dizer eu cai do bicicleta no hospital . Ele disse isso a mim para dizer porque eu tinha mais do que 10 amigos que tava lá, eu não ia ...-eu vou entregar tudo ao SEF e eles vão todos...”	(2/10)
4.2.Família		
4.2.1.Violência conjugal	Tânia “eu arranjei outro companheiro, mas só que era uma relação instável, instável porque	(1/10)

	<p>tanto pra mim, porque eu tinha um relacionamento complicado então por isso... deixa sempre magoas, o psicológico nunca é o mesmo, a gente nunca consegue ganhar confiança com outra pessoa, foi quando entrei pra noite. Não é que correu mal, é que...eu não consigo... ganhar confiança, as pessoas...pronto sou limitada. Acho, nunca mais voltarei a ser a mesma pessoa depois daquilo e é assim como vai e vem, vai e vem”.</p>	
4.2.2. Perdas e separações	<p>Valeri "Depois um dia cheguei. Esposa não sei quê, começamos falar...Eu disse "o que é que se passa contigo?" Começamos a falar, não sei quê...ela disse "tenho outro" e pronto. Ah acabou, acabou, eu foi embora, saiu logo, foi mala, saiu chateado. Ela chorava, deixa...saiu da rua e tava pessoas...da Ucrânia, eu sai chateado. "Eh tu nunca estavas triste, sempre contente, estás triste o que é que se passa?" Eu disse...num quero" "bebes, ficas melhor" "tá bem". Eu bebi. Bebi vodka, não deu, não deu, bebi outra, não deu, não deu. Pronto, bebi, <i>shots, shots</i>, bebi garrafa toda vodka"</p> <p>Igor "Acho que já pensei ir porque ...no ano 2011, morreu a minha avó...porque como, eu já pensei, já falei com a minha mãe...Avó morreu 2011, agosto, não lembro dia, pronto eu já falei com a minha mãe que eu vou ficar só durante um ano para juntar algum dinheiro...Janeiro de 2012, morreu a minha mãe, eu já...</p> <p>Yaroslav "bem, senti bem, mas também...dificuldades, longe do país e tudo"</p> <p>Mohamed "Perdi minha mãe...perdi quase praticamente contacto com família, mi família já...porque...primeira vez quando entrei prisão, preocuparam, me apoiaram, depois quando, comecei a entrar sair, entrar sair... Quando entrei prisão, eu sabia que mi mãe saúde, entrei...30 de abril 2008...entrei...e passado 6 meses, telefonei...e foi minha casa perguntar:- oi tudo bem, tudo bem?- ...e...bom, -e como está mi mãe?- Mi irmã não me respondeu...eu é que começo insistir, e ela começa a chorar, diz:- mãe, mãe faleceu-...e foi...um grande choque, grande choque. Depois, pensei bem...-eu estraguei minha vida- porque o golpe que mais foi,</p>	(6/10)

	<p>mesmo de mais, foi de mi mãe, porque perdi que não vê...”</p> <p>Lúcia ”É assim...porque já tinha tempo que eu não via a família...eu já tava muito estressada...né...de não ver os filhos...só vendo pelo Web Cam, falamos pela internet, pra mim, já não tava dando mais, né...e a minha filha tinha recente ganhando bebê, eu queria muito conhecer meu neto”</p>	
4.3.Desvio, crime e sistema penal		
4.3.1.Consumos	<p>Valeri “Depois, comecei a gastar dinheiro todo, no casino comecei a gastar dinheiro todo, comecei a beber, depois já beber no trabalho .”; ”E pronto...depois tenho de sair do Javat porque não parei beber e sempre jogava no casino, sempre...e depois, estas pessoas sem abrigo, ficaram pra mim amigos, todas as pessoas trabalham, eu não, ele também não trabalham...eh pá não vou alugar casa vou pro pé deles, e fui com eles, pra rua, fui pra rua com eles.”</p> <p>Orlando ”Cigarro, mas agora é mais desporto e tal, mas bebia mas agora não quero nada disso”</p> <p>Mohamed ”Não, isso de haxixe e isso, consumia...só. Tou a falar de droga pesada, de heroína, cocaína. Consumi aqui. Comecei a consumir aqui.”; ”Não, nunca injetei, só fumo garrafa e heroína de prata. É... e isso.”</p>	(4/10)
4.3.2.Crimes	<p>Orlando ”porque fui condenado por roubo, sequestro, posse de arma e resistência contra os funcionários”; ”Ya, uma arma de fogo, já tinha duas armas de fogo no carro. Era uma caçadeira e uma 125...e...se... Eu morava em Odivelas, ficava um bairro lá...”</p> <p>Mohamed ”E...bom, quando...comecei, foi consumir...crimes, roubos, prisão, como foi primário, foi pouco tempo, saí, outra vez droga, saí, droga, até 2008. Por furtos tambien”</p>	(2/10)
3.3.3.Jogo	<p>Valeri ”andava no casino jogava. Depois, comecei a gastar dinheiro todo, no casino comecei a gastar dinheiro todo. Comecei a beber, depois já beber no trabalho “</p>	(1/10)

3.3.4.Prostituição	<p>Lúcia "né...e...claro...que andei na noite...Andei na noite, tomei uns copo...me diverti, tava bem, e pronto. Mas foram pouco tempo...";"Trabalhei, mas era assim, pouco tempo também...tive anúncio no jornal, eu atendia boas pessoas no apartamento, eram pessoas as vezes escolhida, num...era qualquer pessoa que batia a minha porta"</p> <p>Tânia "acabei por cair no mundo da noite, nem tem muito tempo, tem uns oito meses...foi onde fui caça e vim parar aqui" "num bar, dancing, sim, num stripper...só aos fins-de-semana, mas é noite na mesma...e foi por isso que vim aqui parar"</p>	(2/10)
4.4.Crise económica	<p>Igor "É claro que aconteceu muitas vezes...não sei, acho que mais pessoa que não gostam, começou a acontecer mais vezes por causa da crise porque portugueses começaram a perder trabalho.....patrões começou meter gente estrangeiros para pagar menos...sem contratos, sem essas coisas, por isso, começou a piorar...claro, eu percebo-os, não tenho nada, não...não estou julgar"</p> <p>Mohamed "Eu, eu...penso sair de Portugal porque Portugal...tá em crise e...se isso mal para os portugueses, imagina nós, estrangeiros que somos de fora, entences é mais mal pá nós."</p> <p>Tânia " Eles falavam:-porque é que não tem contrato de trabalho?- Ninguém dá um trabalho sem contrato hoje, eu disse ninguém dá porque tem portugueses que estão sem trabalho ... é obvio que eles preferem dar o trabalho a um português do que a um brasileiro ou chinês ou..."</p>	(3/10)
4.5.Dificuldade com a língua	<p>Valeri " Eles falar –papel-, mas nos não perceber língua. Nos queríamos voltar mas minha esposa gostou e disse: calma, calma."</p> <p>Yaroslav: "...bem, na altura era um bocado</p>	(5/10)

	<p>complicado porque eu usava apenas inglês. Português, português, sozinho, não tive escola nenhuma, tive que aprender o português...”</p> <p>Saimir “When you reach Norway for first time...you give them my information and you...for first time in Europe, they give you 250 hours to study but it’s not enough it’s means nothing because it’s too difficult to learn Norwegian ...so it means nothing when you learn alphabet you want to stop...”</p> <p>Samba “Bon, moi je connais pas la loi du Portugal puisque lui il vit ici depuis plus de temps. Lui il a refait un contrat avec Espinho que moi je ne connaissais pas...c’est une erreur pour moi parceque je ne sais pas lire portugais, je ne savais pas encore lire portugais.”</p>	
4.6.Constrangimentos legais	<p>Igor ”Não, não, sem contrato...não vale a pena ir ao SEF para, porque eles não fizeram, até agora é igual...”</p> <p>Yaroslav ”Mas eu tive proposta do tomar a nacionalidade a nacionalidade português só que eu neguei... eu tenho lá na minha terra propriedade...eu não posso ter a dupla nacionalidade, nacionalidade dupla e depois devia pagar imposto a propriedade que tenho, cerca de 80% do imposto que devia pagar e eu neguei...”</p>	(4/10)
4.5.Discriminação		
4.5.1.Pelo cidadão		
4.5.1.1.Quanto à raça	Orlando ” mesmo já vivi alguma situação de: - oh preto vai pra tua terra- mas isso, pra mim não é nada...”	(1/10)
4.5.1.2.Quanto à nacionalidade	Igor ”Conheço muitos emigrantes que eles não gosta de imigrante aqui em Portugal, foi emigrante na França...não gosta, não sei...porque eu não perguntei...C-não gostam de todos os emigrantes ou só de alguns emigrantes? Todos os imigrantes! Acho que	(4/10)

	<p>porque nos estamos a ocupar o...(lugar de trabalho).”</p> <p>Mohamed ”Já...já tive. É a primeira coisa que responde -bom, se não tás bem, vai para tu tierra-, entendeu”</p> <p>Lúcia “Por onde a gente mora...não dão bom dia, não dão boa tarde” “algumas...olham pra brasileira, são putas”; “Já...me chamaram e eu:- não eu não sou puta, sou prostituta...”</p>	
4.5.2.Pela policia	<p>Mohamed: “Eu acho que por parte de policia...porque, eu tava referenciado, em el centro de lisboa...e uma vez policia a paisana -tu, Mohamed, fora daqui, aqui!- (...) Acho que por ser estrangeiro, sem família, sem ninguém reclama por mim, porque, porque, porque eu também...euh, entonces eu acho que sim porquê vai dizer isso?”</p>	(1/10)
4.5.3.Pelo sistema judicial	<p>Orlando “Influenciou...?(...)Penso que sim, eu penso que sim porque... Naquele momento, por acaso, eu senti injustiçado porque, por uma pessoa que nunca teve praticamente qualquer problema com polícia, nunca tinha entrado numa esquadra de policia...e depois uma pessoa primária, primário quer dizer que nunca fui preso, nunca nada...num..num deram praticamente nenhum, nenhum...porque num caso desses já vi muitos casos desses praticamente quase idêntico ao meu, ou se for preciso mais grave, e pessoas a saírem com pena suspensa porque é jovem e...ta naquela idade de deslize e tal e... eu naquela altura me senti injustiçado porque acho que foi uma pena um pouco pesada”</p> <p>Lúcia “Eu senti no tribunal...porque esse juiz ele humilha mesmo as pessoas”</p>	(2/10)
5. ASPETOS FACILITADORES DE INTEGRAÇÃO NO PAÍS DE ACOLHIMENTO		
5.1.Escola	<p>Orlando ”cheguei logo passado uma semana, comecei logo a estudar porque como eu disse</p>	(2/10)

	<p>daquela bolsa e foi logo assim, escola -casa e depois eu ia pra escola as 8 da manhã e só vinha as 6 da tarde porque horário era dia inteiro. Ya, passava mais tempo na escola que em casa e já me senti...adaptei-me bem..."</p> <p>Tânia "Entrei em Portugal com 10 anos, vim com toda a minha família, a minha família vive aqui, estudei, pronto...(..) nunca saí de Portugal. E estudei, acabei os estudos, entretanto o meu pai casou com outra senhora de quem tem dois filhos...acabei meus estudos (...)-se perguntasse, olha o hino nacional, eu vou cantar o português, nem sequer sei qual é o brasileiro"</p>	
5.2.Família	<p>Orlando "Quando eu vim de Cabo Verde, eu senti, eu me senti bem porque eu já tinha praticamente muitos familiares aqui"</p> <p>Valeri "Nos queríamos voltar mas minha esposa gostou e disse :-calma, calma."</p>	(3/10)
5.3.Amigos	<p>Yaroslav "O meu padrasto e depois tive uns amigos, da minha terra mesmo que a gente era conhecidos desde pequenos"</p> <p>Igor "Tenho, tenho, claro, não é muito mas...tenho, tenho. Amigos mesmo, mais amigos que minha raça, digo..."</p>	(2/10)
5.4.Características dos portugueses	<p>Igor "eu conheci mesmo em Barcelos, conheci um, o homem que foi na França, mais de 20 anos, ele é pessoa que sempre ajudou com dinheiro, assim, 5, 10 euros, assim..."</p> <p>Yaroslav "Quando cheguei, eu cheguei para uma vila...que vai ficar na zona de Aveiro...bem, o pessoal, gente boa, tá lá gente boa e tudo....que é estrangeiro... Quando perdi trabalho, e tudo, perguntaram:-precisas de alguma coisa?"</p> <p>Lúcia "Os portugueses, eu não tenho muito que falar deles, eu nunca fui assim humilhada por português, nunca fui chateada assim com nenhum homem português"</p>	(5/10)

	<p>Samba “Le racisme moi j’ai pas vu ça au Portugal, puisque dans les deux equipes où je suis passé, (..), j’étais bien accueilli. Quand vous êtes nouveau quelque part , les premiers jours c’est pas ça...les gens vous embrassent et...moi ça j’ai vraiment apprécié ça, les portugais..lá c’était une bonne chose.</p> <p>Mohamed “Eu acho que é acolhedor”</p>	
5.5.Trabalho	<p>Valeri “E depois quando cheguei era empregado de mesa mais velhos, eles perceberam logo que eu não sei nada e eles disseram: -tu, só levantas loiça quando pessoas comeram, limpa as mesas e mais nada-, comia lá, aquelas pessoas pra mim foram espetacular, ensinaram tudo....Através deles, ui...gostei de trabalhar...”; “eu não digo nada mas estava contente...ganhava bem...ganhava, não sei quê (...) Depois...eu ganhei mais, mais, mais e ficamos lá, ficamos a Cascais”.</p> <p>Bacar ”Depois de... em 1992, consegui trabalho, contrato. Comecei a descontar, trabalhar. Bom, fiz entrada de documentos. E consegui já tirar o cartão de residência e gostei de cá estar.”</p> <p>Lúcia ” já o trabalho tava indo tão bem que tive que arrumar um funcionário pra ficar comigo, lá mesmo da aldeia, pronto coloquei esse funcionário...e pronto...e...fiquei com esse café...quase...4 anos...”</p>	(5/10)
5.6.Sistema de saúde	<p>Valeri “- eh pá tens de deixar de beber se não outra vez cais, tens essa merda, agora levo pra ti uma psicóloga pra cascais, pra hospital de cascais, arranjou, vamos falar lá. E arranjou pra mim uma psicóloga, arranjou para mim uma psicóloga, andei lá 3, 4 vezes, deu medicamentos. Eu fiquei lá contente”</p> <p>Bacar “Não, não, hospital, sempre tive sorte, não sei como as pessoas reclamam”</p>	(2/10)
5.7.Características pessoais		

5.7.1.Competências sociais	Mohamed “Euh...por exemplo, nos quando tamos num país que não é nosso...eu aprendi uma coisa: não é criticar”; ”eu acredito uma coisa, não é criticar, só que essa pessoa que diz, tem razão porque meu país não é muito bom e não gosto que fale mal do meu país, e entences, é uma coisa que aprendi é isso, não é para dizer: -isto é assim e assim-, porque não sou de cá, sou de fora...”	(1/10)
5.7.2.Resiliência	<p>Orlando ”Da imigração, do estrangeiro? Oh pá...eu penso que há pessoas e pessoas.... Eu vivi com muitos tipos de pessoas, há pessoas que...acho que para eles...não interessa se...se és africano, se és americano ou és qualquer tipo de raça, para eles és um cidadão normal, és uma pessoa, só. Mas é claro que há uns e outros que sempre vêm com aquela de discriminação mas eu... eu por acaso, nunca liguei a isso “</p> <p>Lúcia “mas a gente tem que saber erguer a cabeça conversar e dar a volta por cima “</p>	(4/10)
6. SIGNIFICAÇÕES DA MIGRAÇÃO		
6.1.Significações do percurso migratório		
6.1.1.Projeto falhado	Mohamed “Eu sempre penso, quando estou sozinho, eu digo, “se eu tinha cabeça de agora, 20 anos de atrás, é...muchas coisas não fazia...Nem imigrava, continuava no meu país, estudava, estudava...porque estudos, quando pessoa tem estudos, mesmo quando não tem trabajo, trabalho, é uma pessoa inteligente na vida, pensa na vida...e depois, se caso que imigrei, aqui, , no, no...no ia querer caminho que foi, caminho de droga e de roubar e isso, isso...”	(2/10)
6.1.3.Ilusão	Mohamed ”e consegui, consegui chegar aqui, bom como eu estive aqui, não era aquilo que pensava que...entendeu? Só que eu...No meu pais tinha cama, tinha comida, tinha tudo, aqui...quando cheguei aqui, tive que arranjar tudo, não há trabalho, e...tambien, era mucho jovem, mucho jovem”	(2/10)

6.1.4. Boa experiência	Lúcia “Andei na noite, tomei uns copo...me diverti, tava bem, e pronto.”	(1/10)
6.2.Significado da Detenção		
6.2.1.Privação de Liberdade	<p>Bacar “Prá mim...eu vejo isso como complicado, nunca vivi nesses sítios assim fechados, nunca na minha vida, nunca esperei isso”</p> <p>Orlando “Isto pra mim, está a ser muito confuso pra mim, muito, muito, porque saí de uma prisão, recebi a minha liberdade, ya, mas mesmo assim não tou livre, não sei se tá a me compreender...é isso mesmo que eu tava a falar com a minha mãe, há poucos dias. Ela me disse:- então como é que tá, que tás a sentir depois de tanto tempo, tas livre-, eu disse : tou livre? Tou livre mas não tou livre!-, porque pra mim, liberdade é tar lá fora”</p> <p>Mohamed “Não é prisão, mas é privado de liberdade”</p> <p>Saimir “This building...it’s not look like prison, but we don’t have freedom actually...”</p> <p>Samba “Je suis arrivé ici pour la premiere fois...moi j’ai pris ça comme une prison, parceque moi je n’ai jamais vecu cette situation, c’ est ma premiere fois depuis que je suis né, de vivre ce genre de situation. Moi je me suis dit c’est une prison. Aujourd’hui je dis toujours que c’est une prison, parceque je suis pas libre de faire ce que je veux, je n’ai pas accès a certains truques, je dors a l’ heure que les gens d’ici veulent.”</p> <p>Bacar ““É pronto... segurança, segurança porque... onde a gente tá, tá segurança, assim, tá segurança e...não me sinto bem porque não tou habituado assim, gosto de sair a vontade, livre, conversar com a pessoa”</p>	(8/10)
6.2.2. Associação ao crime	<p>Bacar “Porque, eu não devo a ninguém, tou livre, não matei ninguém, não roubei e não sou presidente e não sou ninguém... e isso, isso é complicado”;</p> <p>Yaroslav “não há necessidade de eu ir</p>	(3/10)

	<p>algemado...algemaram-me, tudo que é uma vergonha, que eu (...) uma camisola, uma camisa para os vizinhos não verem” Ser estrangeiro, vem aí...vem a civil, armados e tudo...é um criminoso e...criminoso grave” “que não tinha necessidade de me algemar tal como criminoso....só por causa do passaporte, não tem direito de fazer isso”</p> <p>Tânia “meu Deus eu não cometi, não fiz nada não mandar ninguém, vivo a minha vida sossegada”</p>	
6.2.3 Associação ao <i>status</i> de “Illegal”	<p>Samba ”pour moi c’est un lieu, où on regroupe les sans papiers...je ne devrais pas parler de ce terme, mais je reconnais que je suis sans papiers, même devant la loi je dirais que je suis sans papiers.”</p> <p>Orlando ”eu sei que na situação em que me encontro tou sem documento e tal , tou aqui por causa disso”</p> <p>Mohamed “Que estou preso por não ter documentos. “</p>	(5/10)
6.2.4. Espaço de exclusão	<p>Tânia “a maior parte deles não é assim, então eu entendo que acabam por estar aqui porque não têm família, não tem laços com ninguém lá fora, eu tenho.</p>	(1/10)
6.2.5. Injustiça	<p>Yaroslav “muito, muito, muito mal...já posso dizer que muito mal...acho que é muito injusto, que isto é muito injusto...”</p>	(2/10)
6.3.6. Punição	<p>Tânia “ penso eu, que deve ser uma espécie de castigo por eu tar tanto tempo no país e não ter ido atrás...não é que não tive vontade de tratar dos meus papéis, só que eu não tinha...”.</p>	(1/10)
6.3.7. Uma passagem	<p>Mohamed “Só que também pá mim tantos anos estar preso, isso pá mim, não, num afeta nada. Pá mim, é só dois meses estar aqui”</p>	(1/10)
6.3.8. Perda de tempo	<p>Samba “je suis en train de perdre le temps puisque je suis déjà deux mois..pas</p>	(2/10)

	d'activité”.	
6.3.9. Separação familiar	Tânia “Como tem outro senhor que está aqui que tem, prontos, também é meio complicado, com filhos, e esposas...no caso dele, é chato, é horrível.	(2/10)
6.3. Significado da expulsão		
6.3.1. Falta de perspectivas/ Rompimento com projeto de vida	Saimir “for us, I think for my self I lost my money, I lost my time, it's difficult I don't know what it will happen to me, what's my destination...so I 'm little bit angry, a little bit nervous, a little bit sad, many things in my mind...” Yaroslav “Agora, agora, agora, agora....se era antigamente era outra coisa, mas agora...o que é que significa pra mim, só é uma palavra...futuro, aqui tenho futuro, lá não sei como vai ser...”).	(3/10)
6.3.2.Falta de identificação com país de origem	Tânia “é horrível porque eu...como é que é, como eu falo...eu sou uma cidadã portuguesa, não me considero uma cidadã brasileira porque nem sequer me lembro de nada” Valeri ”...volto aqui porque já tá habituado, minha vida é mais daqui, eu vou pedir nacionalidade português, é...não sei para mim, ...”).	(3/10)
6.3.3.Ausência de referência no país de origem	Valeri “Não sei. Já são muitos anos, não sei.”	(2/10)
6.3.4.Punição	Valeri ” Eu vou cumprir aquilo que receber, vou cumprir tudo...Eu, claro, gostava-ficar-mas não dá, tenho de ir...foi apanhado e pronto, não é culpa de ninguém, tem que ficar lá, tem que ficar lá para saber o que é vida boa, ganhar juízo...”.	(1/10)
6.3.5.Reatar com laços familiares	Lúcia “A espera....tá assim....é, claro que a gente fica ansiosa, porque chegar logo ao meu país...e abraçar a minha família”	(1/10)
7. PERSPECTIVAS FUTURAS		
7.1.Ausência de perspectiva	Saimir ”Actually I'm so hopeless...right now because I think ...it's the natural when you pay some money to get your future but you didn't not, so far just a week ago actually I couldn't find myself yet I hope to solve this	(5/10)

	<p>problem...”.</p> <p>Yaroslav ”Não sei... Pra mim...agora, o que é que eu sinto....um buraco, um vazio, que num imagino como vai ser... Como é que antecipo o meu futuro....eu já respondi, eu já respondi que nem sei...já respondi nisso...”</p> <p>Valeri: “não sei”</p>	
7.2.Onde		
7.2.1.Em Portugal	<p>Valeri ”...volto aqui porque já tá habituado, minha vida é mais daqui”).</p> <p>Tânia “entrava novamente no país”</p> <p>Bacar “sim. Quero mesmo ficar”; “Lisboa, não sei ainda, Portugal, qualquer sítio ...gosto muito do norte”</p>	(4/10)
7.2.2.No país de origem	<p>Samba ”Y’a que Dieu qui a le destin d’un homme, moi je crois en Dieu et par la grâce de Dieu tout ira bien (...) je crois que arrivé au Cameroun, vu la bonne image que j’ai laissé tout ira bien et je pourrais me relancer...”</p> <p>Lúcia “Olha o meu futuro, é assim... é recomeçar....não tenho medo, eu tou com 47 anos, não tou com medo de recomeçar, quer dizer, eu tenho um começo de vida no Brasil, eu tenho uma vida lá, né...”).</p>	(2/10)
7.3. O plano		
7.3.1.Sair do percurso desviante	Mohamed ”Mis projetos pá futuro, (...) chega dessa vida...essa vida que tem, de droga, de dinheiro fácil”)	(1/10)
7.3.2.Família	<p>Mohamed ” casar, ter mulher, ter filhos”.</p> <p>Samba ”j’ai un enfant, c’est la personne qui me fait trop réfléchir sur moi, puisque j’aimerai que mon enfant est un bon avenir”</p>	(3/10)
7.3.3.Trabalho	Mohamed “ Mis projetos pá futuro, seja um trabalho, seja um trabalho honesto”),	(2/10)
7.3.4.Estudos	Orlando ”...depois se eu ficar aqui, também, tem um grande plano que eu sempre diria que seu sempre gostava de terminar aquele curso que tava a fazer, já fiz um ano e depois se eu conseguia fazer superior porque desde sempre gostei da mecânica e tal”.	(1/10)